

GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Capital Social

54.500

Milhões de Euros

VICTORIA -SEGUROS, S.A.

Capital Social

34.850

Milhões de Euros

VICTORIA -SEGUROS DE VIDA, S.A.

Capital Social

8.500

Milhões de Euros

2014

A VICTORIA EM NÚMEROS

118.685.003

Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços

117.406.342

Prémios Brutos Emitidos

7.136.940

Rendimentos de Investimentos

91.594.385

Custos com Sinistros

5.811.374

Provisão para participação no resultados

1.283.557

Participação nos Resultados atribuída

266.163.382

Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos

393.399.154

Volume Total do Balanço

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro

Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria

Mateus Pinto)

Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont Presidente

Christian Baffy

Vogal

Pierre Esparbes

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados -

S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas

(ROC nº 1230)

Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Carlos Suárez

Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho

Diretor Geral Adjunto

ÍNDICE

Grupo VICTORIA em Portugal VICTORIA em Números 2014 Estrutura de Governo da Sociedade

RELATÓRIO

Relatório consolidado do Conselho de Administração

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Balanço Consolidado

Demonstração Consolidada dos Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Demonstração Consolidada das Alterações nos Capitais Próprios

Notas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Certificado Legal de Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A. VICTORIA-SEGUROS S.A. VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2015



- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014. Estes elementos referem-se às seguintes sociedades:

VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. VICTORIA - Seguros, S.A. VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. SELICOMI Portugal, Lda

1.1 Situação económica

No decorrer do ano de 2014, muitas foram as alterações politicas registadas, tanto na Europa como noutras zonas, que em muito influenciaram os mercados financeiros.

No primeiro trimestre do ano, o Partido Democrático venceu as eleições em Itália com maioria absoluta na Câmara dos Deputados, mas sem maioria absoluta no

Senado. Desde novembro de 2013 que o povo Italiano tinha um Governo Interino. No entanto, a transição foi algo conturbada, uma vez que, o novo Primeiroministro demorou sensivelmente dois meses a formar Governo. Seguiu-se, a crise política na Ucrânia (conhecida como Crise da Crimeia), originando conflitos violentos entre grupos anti governo e as forças policiais, protestos em que parte da população se opôs às decisões de Kiev e reivindicou laços estreitos ou até mesmo a integração com a Rússia. Estas manifestações levaram a que o presidente fosse deposto e que as tropas russas invadissem território ucraniano. Já no segundo trimestre do ano, registaram-se tensões geopolíticas no Iraque, fenómeno que em muito contribuiu para as variações dos preços do petróleo registadas nesse período do ano.

Em Portugal, o esforço da forte restrição orçamental, com uma redução de despesas estatais e aumento de impostos, pareceu começar a dar resultado, tendo a economia registado um crescimento económico positivo.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) situou-se nos 0,9% (-1,5% em 2013). Também as perspetivas para 2015 apontam para uma evolução idêntica para crescimento de 1,5%, apontando assim para uma

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO
- 4 RESULTADOS 2014

melhoria do indicador. Por outro lado, e fruto da retração da procura interna, verificou-se uma contração nos preços do consumidor, assumindo a inflação um valor negativo -0,2% (2013: 0,5%). O desemprego, por seu turno, caiu tendo a respetiva taxa sido de 13,9% (2013: 15,6%).

A Zona Euro no seu todo, registou um crescimento do PIB em 2014 de 1,0% (-0,4% em 2013). A inflação, por seu lado, situou-se nos 0,5% (2013: 1,4%) começando a aproximar-se perigosamente de zero e dessa forma, aumentando alguns receios deflacionistas. Os níveis de desemprego mantiveram-se praticamente inalterados em 11,6% (2013: 12,0%). As perspetivas para 2015 apontam para uma evolução idêntica para crescimento do produto de cerca de 0,9%.

Contrariamente ao verificado na Europa, a economia Norte-Americana sofreu uma ligeira desaceleração no seu crescimento para os 2,3% (2,8% em 2013), ainda assim, apresentando melhor desempenho que as economias europeias. Para este fator contribuiu o fim do Programa de Incentivos implementado pela Reserva Federal (FED), facto que ocorreu no terceiro trimestre do ano. Por seu lado a inflação Norte-Americana manteve-se controlada em 1,6% em linha com os valores verificados em ano anterior

(2013: 1,5%), sendo de destacar a evolução muito positiva no que se refere ao desemprego. Este último indicador recuou 1,4% em 2014, fixando-se nos 5,6%.

Também o Japão teve um crescimento económico positivo de 0,3%, porém, bastante inferior ao verificado no ano anterior (2013: 1,4%). Por seu lado, registou um aumento significativo do índice de preços, tendo a taxa de inflação atingido 2,8% (2013: 0,3%). Tal resultou fundamentalmente da política monetária fortemente expansionista adotada.

A China continuou a ser o motor da economia mundial, mantendo o ritmo de crescimento do PIB de 7,3%, praticamente inalterado face ao ano anterior (2013: 7,6%). Por seu lado, registou-se um ligeiro abrandamento no crescimento dos preços, o que se traduziu numa taxa de inflação de 2,2% (2013: 2,6%).

O crescimento da economia global foi neste ano de 2,6% (2013: 2,3%), esperando-se para 2015 uma taxa de crescimento na ordem dos 2,8%.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1.2 Mercados Financeiros

Ao longo do ano de 2014, o Euro desvalorizou sucessivamente face ao dólar americano. Tendo iniciado o ano a cotar a 1,38, fechou o mês de dezembro a cotar a 1,21 o que representa uma desvalorização de 12,3%. Para esta variação contribuiu o facto de o FED ter concluído o seu programa de compra de ativos e aberto a porta para uma subida de juros em 2015, bem como, a expectativa de abrandamento da atividade económica na Europa. A Europa, o Japão e a China deverão continuar a reforçar a adoção de medidas de política monetária, mantendo as taxas de juro em níveis historicamente baixos, com o propósito de estimular a atividade económica nestas regiões. A deflação é outra das preocupações com os preços a continuarem pressionados em baixa.

Na Europa, o presidente do Banco Central Europeu (BCE) afirma estar empenhado em impedir um cenário deflacionista. Apesar disso, depois da taxa diretora ter sido reduzida por duas vezes em 2014 em 20 pontos base (pb), situando-se em 0,050%, anunciou uma série de medidas com o intuito de estimular os bancos a conceder crédito à economia. O BCE poderá ir ainda mais longe já em 2015, recorrendo à compra de divida privada e pública nos mercados, sendo o risco partilhado entre o BCE e os Bancos

Centrais Nacionais. A taxa Euribor a 3 meses registou assim, uma queda acentuada, fechando o ano em 0,078% (2013: 0,287%).

Em 2014, em linha com o verificado em 2013, o prémio de risco da Dívida Soberana emitida pelos países europeus de maior risco, registou um significativo desagravamento, destacando2se a redução do prémio de risco da dívida pública portuguesa a 10 anos, de 409 pb para 211 pb, face à dívida publica alemã com a mesma maturidade. Por outro lado, a divida soberana de países como a França e a Alemanha, foi cada vez mais considerada como ativo de refúgio, fazendo com que o rendimento a 10 anos das obrigações alemãs descesse de 1,93% para 0,38%.Em França a descida foi de 2,55% para 0,82%. A este movimento, não é alheia a convicção de que as economias europeias estão longe de apresentar um forte potencial de crescimento. Por seu lado e atendendo aos mesmos argumentos, a dívida de empresas proporcionou um aumento do rendimento, com particular incidência nas emissões com melhor qualidade de crédito. O índice BofA Merrill Lynch Euro Corporate subiu 11,0% (2013: 2,4%)

Os principais mercados de ações não apresentaram durante o ano de 2014 um comportamento linear tendo no entanto encerrado o ano com valorizações positivas: o índice norte⊡americano S&P 500 subiu 12,6%, enquanto na Europa, o índice EuroStoxx 50 valorizou 1,1%. A discrepância de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

desempenho registada espelha o diferencial de expectativas face ao dinamismo das duas zonas económicas. Em Portugal, o comportamento foi contrário, tendo o índice PSI20 registado uma desvalorização de 26,8% (2013: crescimento de 16,14%).

Este comportamento é explicado pelas perturbações verificadas no setor bancário, nomeadamente pelo Grupo Espirito Santo e mais recentemente pela Portugal Telecom.

Nas matérias-primas, o petróleo, depois de uma acentuada subida verificada no início do ano, fruto essencialmente das tensões vividas no Iraque, fechou o ano com uma desvalorização de 51,4% (Brent).

Os receios de uma desaceleração da economia global com a inerente redução na procura desta matéria-prima, assim como os desenvolvimentos tecnológicos que permitem a exploração de fontes alternativas, justificaram esta acentuada correcão de valor.

1.3 Mercado segurador

Em 2014, a atividade seguradora voltou a apresentar um crescimento da produção do seguro direto. Na sua globalidade (prémios para contratos de seguros e entregas para contratos de investimento e de prestação de serviços) registou-se um aumento de 9,1% (2013: 20,2%) embora com um comportamento distinto entre os ramos Vida e Não Vida.

Com efeito, a produção do ramo Vida manteve um forte rescimento 12.9% (2013: crescimento de 33.6%). A elevada procura de soluções de reforma, nomeadamente através de PPRs, foi sem dúvida, a principal justificação para a evolução fortemente positiva dos indicadores de produção do Ramo Vida.

Nos Ramos Não Vida, voltou este a ano a registar-se um decréscimo, porém ligeiro, de 0,1%, (2013: quebra de 3,1%), acompanhando desta forma a evolução mais favorável de alguns dos principais indicadores macroeconómicos do país, nomeadamente o crescimento do PIB e do próprio nível de desemprego. O ramo Saúde registou novamente um crescimento de 3,3% (2013: 3,5%) mantendo-se assim o dinamismo desta linha de negócio que, em volume de prémios, manteve o terceiro lugar no ranking relativamente

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

ao universo dos ramos Não vida. Invertendo uma tendência que se verificava nos últimos sete anos, o ramo de Acidentes de Trabalho registou um ligeiro aumento de 0,9% (2013: -8,0%) refletindo as condições de emprego da economia a par da procura de equilíbrio técnico do ramo. O ramo de Incendio e outros Danos registou um de créscimo de 1,2%, confirmando a evolução registada no ano anterior (2013: -0,8%). O ramo Automóvel, por seu lado, voltou a registar um decréscimo de 2,0% (2013: -5,8%).

Tal como em 2013, a recuperação dos mercados financeiros teve um impacto muito positivo nos resultados e solidez financeira do setor . A ligeira retoma económica registada em 2014, não se traduziu num aumento da sinistralidade dos ramos reais como um todo. Contudo, em alguns ramos como o Automóvel, o indicador em referência situou-se nos 60%, o que significou um aumento de 3% face a 2013. Igualmente digno de registo e também pela negativa, foi mais uma vez o desempenho do ramo de acidentes de trabalho, onde apesar do controlo imposto pela autoridade de supervisão, a sinistralidade do ano se terá situado nos 105.1% (2013: 99.7%). Comportamento inverso registou-se no ramo Saúde, onde a sinistralidade se deverá fixar em 75,0% (2013: 77.6%). A menor amplitude dos fenómenos da natureza, como os registados em janeiro de 2013,

levou o ramo Incendio e Outros Danos a apresentar um desempenho mais positivo com um rácio de sinistralidade próximo de 50.0% (2013: 62.3%).

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, em 2014 continuaram sem evolução alguns diplomas de maior relevância para a atividade no curto e médio prazo, como a transposição da Diretiva de Solvência II assim como e a revisão do seguro automóvel.

2. ACTIVIDADE DA VICTORIA EM 2014

2.1 Atividade da Empresa

O ano de 2014 foi o ano da consolidação dos objetivos estratégicos definidos para o triénio 2012-2014 na sequência da integração no grupo SMA em finais de 2011.

Com efeito, quer a VICTORIA-Seguros, S.A., quer a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., apresentam neste exercício resultados líquidos positivos, o que já não ocorria desde 2007 no caso da empresa de seguros Não Vida. A rentabilidade assente no equilíbrio técnico, enquanto princípio definido na linha

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

condutora da estratégia assumida, confirmou-se desta forma e como previsto no final deste triénio.

No decorrer do último trimestre de 2014, teve lugar em Portugal a realização do exercício *Quantitative Impact Study for Solvency II* (QIS2014). De destacar que o resultado decorrente do referido estudo, aponta para níveis de Solvência II de 167% no caso da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (sem medidas de transição) e de 184,2% na VICTORIA Seguros, SA (também sem medidas de transição). Estes resultados vêm reforçar a adequação da capitalização das sociedades face à estratégia de negócio e de investimentos que está implementada.

De acordo com o plano de ação proposto, destacam-se as seguintes iniciativas que foram sendo implementadas ao longo do ano.

Por um lado, o posicionamento da VICTORIA foi reforçado em praticamente todos os ramos estratégicos. Assistimos à consolidação do desenvolvimento da rede Vida. O plano de desenvolvimento do ramo Transportes, contribuiu de forma inequívoca para a evolução positiva da receita associada a este ramo. Reforçámos a nossa capacidade nos ramos de Responsabilidade Civil e Acidentes Pessoais. No ramo de Multiriscos, alargámos a nossa oferta, com base no novo conceito de produtos modulares. No ramo

Saúde continuámos a aprofundar a relação operacional com a Future Healthcare, quer ao nível da gestão de rede de prestadores de serviços médicos, quer da gestão de sinistros.

Por outro lado, ao nível do modelo de gestão, redimensionámos a estrutura de quadros da empresa, adequando a mesma às atuais exigências impostas pela nossa carteira de negócios. Desta forma o número de colaboradores passou de 310 a 273, tirando partido de múltiplos ganhos de eficiência que se retiram da automatização de processos. Por forma a melhor adequar a nossa estrutura interna à reorganização da rede comercial iniciada em 2013, criámos um departamento técnico de seguros pessoais agrupando os ramos vida, saúde e acidentes pessoais. Os ramos "não pessoais" em que incluímos os acidentes de trabalho passaram assim a ficar sob a responsabilidade do departamento técnico reais. Com o objetivo de dinamizar a qualidade da informação de gestão e de risco, as áreas de atuariado vida e não vida assim como o resseguro passaram para o departamento de gestão de riscos e planeamento. Na expectativa de obtermos uma rede de distribuição dinâmica, eficiente, e mais próxima do nosso cliente, o agente profissional rentável, reforçámos, a nossa presença técnica junto dos nossos agentes estratégicos, promovendo adicionalmente ações de formação diversas junto dos mesmos, com o propósito de atingir o sucesso através de uma distribuição que procura a abordagem próxima do mercado local e das suas especificidades.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

No final de 2014 e no seguimento da estratégia de diversificação de investimentos do Grupo SMA e da sua aposta no mercado português, foi constituída a SELICOMI Portugal, Lda, sociedade do grupo com o objetivo de aquisição e gestão de investimentos imobiliários. Deste modo, ainda em 2014, foi concretizada a aquisição de um imóvel em Lisboa, o que constitui uma fonte de rendimentos diversificada para a VICTORIA.

Ao nível da cultura organizacional, desenvolvemos ações no sentido de criar uma efetiva cultura de gestão por projetos baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, no intuito de avançarmos como uma organização mais eficiente.

2.2 Prémios e entregas

Em 2014, registou-se uma ligeira diminuição do volume de Prémios Brutos Emitidos (PBE) face ao ano anterior, atingindo EUR 117.406.342 (2013: EUR 117.879.022). Esta redução traduz-se em termos relativos num decréscimo de 0,4 pp dos PBEs face ao registado em 2013, contrariando desta forma a tendência do ano anterior (crescimento de 2,1% face a 2012). Considerando o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços, verificamos que face ao ano transato, a evolução registada foi idêntica. Os prémios estatutários perfizeram o total de EUR 118.685.003, o que compara com os EUR 119.678.952 registados em 2013, ou seja, registou-se um decréscimo de 0,83% face a 2013. No quadro seguinte, podemos analisar mais detalhadamente a evolução por ramo:

(Un: Euros)

Prémios e Entregas		2014	%	%	2013	%	%	Var 14/13
VIDA		44.652.853	100.0%	37,6%	40.206.217	100.0%	33,6%	11,1%
Contrato de Seguro		43.374.192	97,1%	36,5%	38.406.287	95,5%	32,1%	12,9%
Contratos de Investimento		1.278.661	2,9%	1,1%	1.799.929	4,5%	1,5%	-29,0%
NÃO VIDA		74.032.150	100,0%	62,4%	79.472.735	100,0%	66,4%	-6,8%
Acidentes de Trabalho		6.106.595	8,2%	5,1%	7.988.830	10,1%	6,7%	-23,6%
Acidentes Pessoais		3.612.966	4,9%	3,0%	3.497.366	4,4%	2,9%	3,3%
Saúde		28.177.929	38,1%	23,7%	28.617.984	36,0%	23,9%	-1,5%
Incêndio		15.750.151	21,3%	13,3%	17.208.052	21,7%	14,4%	-8,5%
Automóvel		13.087.830	17,7%	11,0%	15.657.047	19,7%	13,1%	-16,4%
Transportes		5.521.187	7,5%	4,7%	5.110.807	6,4%	4,3%	8,0%
Diversos		1.775.491	2,4%	1,5%	1.392.648	1,8%	1,2%	27,5%
	TOTAL	118.685.003		100,0%	119.678.952		100,0%	-0,8%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Reforçando a tendência verificada no ano anterior, registou-se em 2014 um aumento de 12,9% na receita proveniente de contratos de seguro (2014: EUR 43.374.192 vs 2013: EUR 38.406.287). Evolução em sentido inverso verificou-se na produção de contratos de investimento. Neste caso, enquanto em 2013 o volume de prémios se situara nos EUR 1.799.929, em 2014 o valor registado foi de EUR 1.278.661. Em termos relativos, observamos assim, uma quebra de 28,96% com origem na comercialização de contratos de investimento. Noutra perspetiva, constata-se que invertendo a tendência de 2013, a receita de prémios com origem em contratos de Empresas apresentou um aumento significativo, 26,1%, assumindo o volume total de prémios o valor de EUR 12.875,42 (2013: EUR 10.210,54). A mesma evolução foi registada na receita obtida através de contratos celebrados com Particulares aumentou uma vez mais, crescendo 5,9%, atingindo os EUR 31.777,86 (2013: EUR 29.995,68). No seu conjunto, a produção Vida cresceu 11,1%, face a um crescimento de 8,2% registado em 2013. Este crescimento ficou praticamente em linha com o desempenho do mercado que registou uma subida de 12,9% (2013: 33,8%).

Nos ramos Não Vida, reforçando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou uma nova queda global de

6,9% (2013: redução 1,5%). O mercado como um todo apresentou uma quebra de apenas 0,3% (2013: decréscimo e 3,4%).

No ramo de Saúde, contrariando o registo do ano anterior, a produção decresceu 1,5% (2013: 10,2%), para um total de EUR 28.177.930 (2013: EUR 28.617.984). Por seu lado, a evolução do mercado foi destinta, tendo evoluído positivamente em 3,0% (2013: 3,1%). A VICTORIA manteve em 2014 neste ramo o 5º lugar no ranking à semelhança do sucedido em 2013.

Em Incêndio e Outros Danos, mantendo a tendência registada em 2013, a VICTORIA registou uma quebra de produção de 8,6% (2013: -6,5%). Esta evolução marcada pela rigorosa política de subscrição, tenderá a esbater-se ou mesmo inverter-se na sequência do lançamento da nova gama de produtos que coincidirá com o início do ano 2015. O mercado no seu todo, registou em 2014 uma ligeira diminuição da receita, mas neste caso, de apenas 0,4%.

Apesar dos ténues sinais de recuperação dados pela economia nacional mas essencialmente fruto do continuado rigor na subscrição, o ramo Automóvel manteve a tendência de quebra de produção e recuando este ano 16,4% (2013: -9,8%). Ainda assim, o setor no seu conjunto também manteve a tendência de contração e caiu este ano 1,8% (2013: -5,5%). No ramo Transportes mais uma vez, a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado ocupando a guarta posição no que diz respeito à receita de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

prémios. Face a 2013, verifica-se um aumento nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 8,0% (2013: 13,7%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 5.521.187 (EUR 5.110.807). Contrariamente, o mercado no seu todo registou uma diminuição no volume de receitas que se cifrou em 9,0%. Este ramo tem assumido uma importância crescente e corresponde já em 2014 a cerca de 4,7% do total de prémios emitidos, face a 4,3% no ano transato.

Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige um acrescido rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que tem sido objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2014 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou uma quebra na produção de 23,6%, à qual correspondeu uma receita de prémios de EUR 6.106.595, o que compara com a descida de 18,6% no ano anterior (2013: EUR 7.988.830). O mercado como um todo registou uma ligeira recuperação, tendo a receita gerada registado um aumento de 0,9% (2013: -8,0%). O ramo de Acidentes Pessoais registou uma evolução positiva, em linha com a evolução do mercado. O volume de prémios apresentou um crescimento de 3,3%, para EUR 3.612.956 (2013: EUR 3.497.366), quando no ano anterior tinha recuado 4.1%. Globalmente o setor registou neste ramo, um crescimento de 1,9% (2013: -4,0%).

Em Responsabilidade Civil Geral, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 35.3% (2013: 33,0%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 1.618.745 (2013: EUR 1.196.231). Esta evolução ficou a dever-se fundamentalmente ao contributo da linha de Responsabilidade Civil de Exploração e profissional, que por si só, explica 96% da produção do ramo. O mercado no seu todo, registou em 2014 um ligeiro aumento da receita, mas neste caso, de apenas 2,2%.

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um decréscimo de 20,2% (2012: 50,6%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 156.757 (2013: EUR 196.417), representando apenas 0,13% do total de prémios. O mercado como um todo registou igualmente um decréscimo mas neste caso de apenas 0.3%.

2.3 Sinistralidade e Participação nos Resultados

Em 2014, o valor global não consolidado registado em custos com sinistros de contratos de seguro, ascendeu a EUR 91.594.385 (2013: EUR 90.597.628) traduzindo um ligeiro agravamentos 1,1% face ao verificado no período homólogo (2013: redução de 10,4%).

16

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

(Un: Euros)

Custos com Sinistros	2014	2013	Var 14/13
VIDA	38.869.565	36.849.269	5,5%
NÃO VIDA	52.724.820	53.748.359	-1,9%
Acidentes de Trabalho	5.748.055	6.036.727	-4,8%
Acidentes Pessoais	1.136.432	794.033	43,1%
Saúde	21.906.057	24.835.421	-11,8%
Incêndio e outros danos	10.403.183	9.631.664	-8,0%
Automóvel	9.054.469	9.586.809	-5,6%
Transportes	4.323.511	2.674.850	61,6%
Diversos	153.115	188.855	61,6%
TOTAL	91,594,385	90.597.628	-1.1%

RELATÓRIOS DE **FISCALIZAÇÃO**

RELATÓRIO

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

> No ramo Vida, as indemnizações globais ascenderam a EUR 38.869.565 (2013: EUR 36.849.269), representando um crescimento de 5,5% relativamente ao período homólogo (2013: 1,5%). Os montantes pagos relativos a Vencimentos, Rendas, Resgates e os custos de gestão imputados, sofreram no seu conjunto um aumento de EUR 2.272.205 face a 2013, ou seja, mais 6,8%. Em sentido inverso, contribuíram, os capitais por morte ou invalidez e Outras rubricas, onde a diminuição registada foi de 7.4% face ao ano anterior, ou seja menos EUR 251.908. Individualmente, de destacar o aumento de 3.9% verificado nos montantes pagos com os vencimentos ocorridos, ou seja, mais EUR 1.907.270 que em 2013 e nos custos de gestão imputados, 77,6%, ou seja, mais EUR 279.928 que no ano anterior. Destaque igualmente para

diminuição registada nos montantes pagos correspondentes a Capitais por morte ou invalidez, -7,5%, ou seja, menos EUR 250.854 que em 2013. As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

(Un: Euros)

Custos com Sinistros	2014	2013	Var 14/13
VIDA	38.869.565	36.849.269	5,5%
Vencimentos	15.632.669	13.725.399	19,9%
Capitais morte ou invalidez	3.094.675	3.345.529	-7,5%
Rendas	2.558.018	2.531.670	1,0%
Resgates	16.884.967	16.826.309	0,3%
Outras	58.624	59.679	-1,8%
Custos gestão imputados	640.611	360.683	77,6%

A provisão para Participação nos Resultados sofreu uma redução de EUR 2.580.574 (2013: EUR 3.153.567) com a seguinte distribuição: EUR 2.465.101 (2013: EUR 2.972.795) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 115.473 (2013: EUR 180.772) que foram utilizados para aumento dos benefícios. Por outro lado, foram atribuídos do resultado do ramo Vida EUR 2.103.776 (2013: EUR 2.238.604) à mesma Provisão. Assim, no final do exercício, a Provisão para Participação nos Resultados constituída era de EUR 4.833.780 (2013: EUR 5.310.578).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 2.425.255 (2013: 5.076.961), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. À semelhança de anos anteriores, foram efetuados testes de adequação das responsabilidades.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 3.658.033 (2013 4.367.873). Registou-se um incremento no valor das provisões para compromisso de taxa para EUR 4.558.394 (2013: EUR 2.960.725).

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2014 EUR 970.605 (2013: EUR 1.305.978).

Nos ramos Não Vida e à semelhança do registado no período homólogo, verificou-se uma diminuição dos custos com sinistros, refletindo uma redução de 1,9% face a 2013 (2013: decréscimo de 17,1%) O valor total dos custos com sinistros registado nos ramos Não Vida foi de EUR 52.724.820 (2013: EUR 53.748.359). A da taxa de sinistralidade registada nestes ramos apresentou um agravamento de 3,7% face ao ano anterior, situando-se nos 69,8% (2013: 66,1%). Se a sinistralidade do ano se manteve praticamente nos níveis de 2013

(2014: 74,3%; 2013: 74,6%), o mesmo não se poderá dizer relativamente à sinistralidade de anos anteriores (2014: -4,5%; 2013: -8,5%). Detalhando a análise por ramo:

Taxa de Sinistralidade	2014	2013	Var 14/13
NÃO VIDA	69,8%	66,1%	3,7
Acidentes de trabalho	92,1%	73,7%	18,4
Acidentes pessoais	31,0%	22,2%	8,8
Saúde	77,4%	85,7%	-8,3
Incêndio e outros danos	63,3%	53,9%	9,4
Automóvel	65,8%	58,5%	7,3
Transportes	78,4%	52,8%	25,6
Diversos	9,3%	15,3%	-6,0

Relativamente à evolução registada no rácio de sinistralidade dos ramos reais. destacam-se os seguintes aspetos.

- Embora a sinistralidade do ramo automóvel tenha sofrido um agravamento de 7,3% face a 2013 situando-se nos 65,8% (2013: 58,5%), a sinistralidade do ano, teve um comportamento inverso tendo ficado nos 69,3% (2013: 69,8%);
- Contrariando a tendência registada em 2013, registou-se um agravamento na sinistralidade de Acidentes de Trabalho, para 92,1% (aumento global de 28,4 p.p.), explicada pelo aumento da frequência e do custo médio com sinistros;

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Também no ramo de Incêndio, o rácio aumentou 9,4 p.p. para 63,3%, (2013: 53,9%). Variação que reflete o maior valor registado em 2014 com origem em sinistros de ponta, nomeadamente, decorrentes das intempéries registadas no mês de janeiro;
- Em Saúde, o rácio de sinistralidade regista uma evolução favorável, recuando 8,3 p.p. para 77,4% (2013: 85,7%), quando em 2013 tinha sido registado um agravamento de 5,8% face a 2012. Esta situação que resulta da renegociação das condições da Rede de prestadores da Future Healthcare, que foi acompanhada, da implementação de um conjunto de mediadas relacionadas com a gestão de sinistros e do aumento do rigor na seleção de riscos no momento da subscrição;

Embora se proceda ao acompanhamento mensal das provisões registadas contabilisticamente, com base trimestral, é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. Embora sem caracter vinculativo, a aplicação de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões é igualmente realizado. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um run-off positivo. O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

2.4 Resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re, em Madrid, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a R+V Versi-cherung AG, em Wiesbaden, com a Hannover Re, em Hannover, a Mapfre Re em Madrid, com a SMABTP, a SCOR, a General Re em Madrid, a Caisse Centrale de Reassurance e a XL Re em Paris, com a Catlin Re, a Amlin Re e a Deutsche em Zurique, com a Everest Re em Dublin, e com a Devk Re em Colónia, Axis Re, em Dublin. Iniciou contrato com a Odyssey Ré, Si Ré, New Ré, MCR, Liberty, Aspen Re, Klin, Charterama, MACSF. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. teve todos os contratos com a Europea de Seguros, em Lisboa. com a Interpartner em Lisboa para a assistência de Saúde.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a John Hancock, em Boston, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, a Mapfre Re e a RGA Re em Madrid e a Hannover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos

(Un: Euros)

Resseguro cedido NÃO VIDA	2014	2013	Var 14/13
Resultados	-5.867.346	-7.804.443	-24,8%
Prémios adquiridos cedidos	-33.438.584	-35.272.086	-5,2%
Comissões	7.595.390	7.220.244	5,2%
Sinistros e variação de provisões	19.975.847	20.247.400	-1,3%

A melhoria do resultado da conta técnica de resseguro, registado em 2014, face ao verificado no período homólogo, resulta fundamentalmente das condições mais favoráveis decorrentes da renegociação dos respetivos tratados de resseguro, apenas possíveis, atendendo à evolução favorável da sinistralidade ocorrida em 2013 face a 2012. Refira-se ainda que os sinistros catastróficos que se caracterizam pela sua baixa frequência e grande severidade, estão igualmente associados à probabilidade de ocorrência de fenómenos de natureza sísmica. Tratando-se a VICTORIA de uma empresa de seguros

a atuar em Portugal, encontra-se por isso bastante exposta a este tipo de risco em Incêndio e Outros Danos, fator relevante na análise em curso, sendo o resseguro uma das formas de mitigação da exposição a este risco.

2.5 Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 22.695.203 (2012: EUR 26.537.450) o que se traduz numa redução de 14,5% (2013: 0,3%). A reestruturação realizada em 2014 e que se caraterizou por redução do número total de efetivos, traduziu-se tal como esperado, numa redução de 19,9% nos Custos de Pessoal. A redução do número de colaboradores. combinada com o esforço contínuo de racionalização de custos, permitiu que a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registasse uma quebra de 10,2%, destacando-se nesta rubrica de custos, a redução do custo com rendas e alugueres, que para além de estar associada à redução de efetivos já mencionada, reflete igualmente a reorganização comercial da VICTORIA, nomeadamente, do encerramento de algumas de legações operado. A redução significativa dos custos associados a trabalhos especializados, contribuiu igualmente, para a forte redução dos Fornecimentos e Serviços Externos. Assim, apesar da redução de prémios registada, com alguma naturalidade, o rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos

RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

evoluiu de forma bastante favorável durante o exercício, descendo de 21,8% em 2013, para 18,9% no final do ano em apreco.

(Un: Furos)

Custos por natureza a imputar	2014	2013	Var 14/13
Total	22.695.203	26.537.449	-14,5%
Custos com pessoal	12.322.627	15.378.222	-19,9%
Fornecimento e Serviços Externos	7.921.912	8.821.777	-10,2%
Impostos e Taxas	442.798	253.857	74,4%
Amortizações	1.678.594	1.739.521	-3,5%
Juros e Comissões	329.272	344.072	-4,3%
% Prémios brutos adquiridos e entregues	18,9%	21,8%	-3,0%

2.6 Rácio combinado Não Vida

Mantendo a tendência do período homólogo, o rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, continuou a denotar uma melhoria acentuada situando-se nos 110,1%, o que corresponde a uma diminuição de 2,5 p.p. (2013: 6,9 p.p.).

Rácio combinado liquido de resseguro	2014	2013	Var 14/13
NÃO VIDA	110,1%	112,6%	-2,5
Acidentes de trabalho	121,8%	107,4%	14,4
Acidentes pessoais	127,7%	109,2%	18,5
Saúde	102,3%	122,8%	-20,5
Incêndio e outros danos	125,7%	134,5%	-8,7
Automóvel	108,3%	102,5%	5,7
Transportes	94,1%	85,7%	8,4
Diversos	96,7%	111,5%	-14,8

A evolução favorável manifestada pelo rácio combinado líquido, não se manifestou de forma homogenia. Contribuíram de forma significativa para essa evolução, os Ramos Saúde (diminuição de 20,5% face a 2013) e Incendio e outros danos (-8.5% comparativamente ao ano anterior). Em sentido contrário evoluíram os Ramos de Acidentes de Trabalho (+14,4% que em 2013), Acidentes Pessoais (mais 18,5% que no período homologo) e Automóvel, registando um aumento de 5,7% relativamente a 2013. Associada à criteriosa política de subscrição e rigor imposto na gestão de sinistros, registamos como conseguências, a redução de prémios, bem como, a evolução favorável registada na sinistralidade do ano. Ambos os movimentos, contribuíram fortemente para que em 2014 a insuficiência de prémios medida através do respetivo indicador, evoluísse de forma bastante positiva. Prova disso, foi a libertação de provisões para riscos em curso no montante

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

o Ramo Saúde, onde foram libertados EUR 2.185.281 e para a única exceção, que se verificou no Ramo de Acidentes Pessoais, onde houve lugar à constituição de EUR 33.775 nesta provisão.

(Un: Euros)

Provisão para Riscos em Curso	2014	2013	Var 14/13
NÃO VIDA	3.337.069	863.326	4.200.395
Saúde	2.185.281	1.711.099	3.896.380
Reais	1.151.788	847.773	304.015
Acidentes de Trabalho	188.324	501.995	313.670
Acidentes Pessoais	33.775	26.358	7.418
Multiriscos	327.715	414.272	741.987
Automóvel	273.168	994.340	721.172
Transportes	115.647	119.251	234.898
Diversos	280.710	88.680	369.390

2.7 Recursos Humanos

No final de 2014 a VICTORIA tinha um total de 273 (91 Vida e 182 Seguros) (2013: 310) empregados. A média etária era de 41,63 (2013: 41,61) anos, a antiguidade média no Grupo era de 11,48 (2013: 12,12) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 54,2 % (2013: 53,9%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2014, 50,9% (2013: 47,4%)

dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade seguradora publicado em 15/01/2012, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2014 contribuições no total de EUR 68.355,96 para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores admitidos na atividade seguradora entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2011. Ainda de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade seguradora - alterações de 2014 – a VICTORIA efetuou uma contribuição extraordinária para os planos individuais de reforma dos seus Colaboradores, admitidos no Grupo em data anterior 31 de dezembro de 2012, no valor total de EUR 42.785,44.

O anterior Plano de Pensões de Beneficio Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Beneficio Definido, agora alterado.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2.8 Formação

Dando continuidade à formação na VICTORIA enquanto eixo estratégico do negócio, foi desenvolvido em 2014, um Plano de Formação que se caracterizou pelo seu cariz transversal, conjugando uma maior abrangência de áreas de formação e uma maior amplitude de colaboradores oriundos das diversas áreas funcionais da empresa.

Neste contexto, foram desenvolvidas 530 ações de formação, considerando um total de 5.200 horas de formação e abrangendo um total de 563 participações de colaboradores em programas de formação (representando 72% em formação interna e 28% em formação com entidades externas), com predominância nas seguintes áreas:

- Área Comercial e Marketing (6,4%);
- Áreas transversais (Gestão Projetos, Gestão de Desempenho, Formação em Segurança e Saúde no Trabalho) - (18,1%);
- Sistemas de Informação (ferramentas tecnológicas, metodologias e administração de sistemas informáticos associados a projetos transversais) (38,2%);

 Área Técnica de negócio (ferramenta gestão de processos de negócio, gestão e administração de portal de agentes, formação técnica de seguros e oferta de Produtos VICTORIA) - (34,1%);

Não obstante a relevância de todos os programas de formação desenvolvidos, pela sua aplicabilidade prática e desenvolvimento de valências dos colaboradores, gostaríamos de destacar os seguintes:

Formação Plano de Emergência (no âmbito do Plano de Continuidade do Negócio):

Por forma a responder às valências e requisitos do Plano de Emergência VICTORIA foi desenvolvida uma ação destinada às Equipas de socorristas sobre formação Geral de 1º Socorros de Desfibrilhação Automática Externa e Suporte Básico de Vida, com vista a prestar os primeiros socorros de uma forma rápida e adequada, evitando assim o agravamento das condições de saúde de uma vítima de acidente ou doença súbita. Esta ação que envolveu 10 participantes, no total de 14 horas, possibilitou a aquisição de conhecimentos que permitem avaliar a situação concreta de acidente/doença, prestar socorro de emergência no local e adotar os cuidados necessários para posterior assistência médica.

Foi igualmente desenvolvida uma ação para a Equipa de Intervenção VICTORIA (abrangendo 24 participantes, com uma carga horária total de 8 horas), com o objetivo de garantir

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

a proteção das pessoas, através da aquisição de conhecimentos de atuação nesta área, permitindo minimizar a severidade de situações de emergência.

Sessão de Formação em Solvência II:

Com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da temática da Solvência II, tendo em conta a aplicação de um conjunto de medidas internas que visam aumentar o grau de preparação da companhia relativamente ao futuro regime, foi desenvolvido um ciclo de formação interna que abrangeu 35 participantes das diversas áreas funcionais da empresa.

Sessão de Formação Ferramenta Gestão Processos de Negócio:

Foi desenvolvida uma nova solução tecnológica, cuja utilização visa assegurar uma maior agilização, simplificação, otimização e inovação dos Processos e regras de Negócio da VICTORIA. A formação sobre a utilização desta ferramenta envolveu 124 participantes maioritariamente da área comercial da VICTORIA, no total de 48 horas de formação.

Sessões de Esclarecimento sobre o FATCA:

Foram asseguradas a toda a estrutura comercial da VICTORIA e Área Técnica do Ramo Vida, abrangendo um total de 73 participantes, sessões de esclarecimento sobre os novos procedimentos a implementar, por forma a dar cumprimento ao FACTA.

O atual modelo organizacional promoveu a decentralização de algumas funções de suporte à direção comercial, por forma a garantir uma resposta mais eficaz e imediata à rede de agentes, nomeadamente no apoio e dinamização da sua atividade de gestão comercial em cada região. Nesta medida, foram desenvolvidos programas de formação à medida, nomeadamente:

Ciclo de Formação Marketing Estratégico:

Face à criação da área de Marketing Estratégico a nível regional, foi desenhado e realizado um plano de formação à medida, que abrangeu de forma transversal todas as valências necessárias às exigências da nova função | Técnico de Marketing Estratégico, por forma a dotar a nova equipa de competências e conhecimentos técnicos necessários ao desempenho e aos resultados esperados. Contou com um total de 22 horas de formação.

Ciclo de Formação Dinamizadores Empresas:

Na sequência da criação da nova função de Dinamizador Empresas, foi desenhado e realizado um plano de formação à medida (79 horas de formação, 4 participantes), em articulação com os responsáveis das Linhas de Negócio, por forma a dotar a nova equipa de competências

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

e conhecimentos técnicos necessários ao desempenho da sua função.

Plano de Formação Portal VICTORIA:

Com a implementação do novo Portal VICTORIA, foi desenhado e realizado um plano de formação à medida, por forma a dotar todas as Equipas envolvidas (Gestão de Projetos e Informática) dos conhecimentos técnicos necessários à sua implementação. Este Plano envolveu um total de 270 horas de formação, num total de 9 ações de formação, abrangendo 18 participantes.

Academia de Formação VICTORIA

No âmbito da Academia de Formação VICTORIA, a formação desenvolvida centrou-se no 3º patamar do Ciclo Formar, destinado ao desenvolvimento de competências comerciais, com uma forte componente comportamental prática no que diz respeito às técnicas e valências de vendas.

Este Ciclo designado "Vender com Qualidade", desenvolvido pela área de formação com recurso a metodologias desenhadas internamente, visou proporcionar a toda a estrutura comercial da VICTORIA (envolveu 46 participantes, no total de 50 horas de formação), a atualização de conhecimentos e treino de boas práticas associadas às técnicas de vendas aplicadas

aos seguros, abordando todas as etapas da venda, fundamentais para a atividade comercial.

Formação a Canais de Mediação

Em 2014, a área de Formação a Canais de Mediação desenvolveu a sua atividade num total de 745 horas de formação, correspondendo a 141 ações de formação. Nas diversas ações a VICTORIA contou com 863 participações entre Empregados, Agentes de Seguros, Parceiros de Negócio e Operadores do Centro de Contactos e Distribuição, tendo o seu âmbito de intervenção se centrado nas seguintes temáticas:

Plano de Formação Novos Empregados:

Dando continuidade ao Plano de Integração a Novos Empregados, a área de Formação a Canais de Mediação teve um papel crucial na formação técnica de seguros/Produtos, assegurando o desenvolvimento de conhecimentos e valências técnicas que concorrem diretamente para a maximização dos resultados comerciais da VICTORIA.

Plano de Formação em Produtos VICTORIA e áreas transversais de seguros:

A VICTORIA continuou a apostar na formação técnica de Produtos VICTORIA para a sua Rede de Agentes e Parceiros de Negócio, de forma a dotar os participantes dos conhecimentos técnicos necessários à gestão e comercialização dos Produtos.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Plano de Formação Centro de Contactos e Distribuição:

No âmbito do alinhamento organizacional ao modelo de distribuição e à estratégia global da VICTORIA, foi criada a área de Centro de Contactos e Distribuição com uma equipa de Operadores. Por forma a assegurar um contacto de excelência com o cliente no âmbito das funções do operador, foi estruturado e desenvolvido um Plano de Formação promovendo o conhecimento sobre Teoria Geral de Seguros e os Produtos de Acidentes Pessoais e Vida comercializados pela VICTORIA.

Plano de Formação Produtos Saúde à Future Healthcare:

O presente Plano de Formação foi desenvolvido de acordo com as necessidades de formação dos Colaboradores do Serviço de Apoio ao Cliente da Future Healthcare (FH), de forma a dotar os mesmos de conhecimentos em termos das características técnicas e de comercialização da oferta de Produtos de Saúde VICTORIA, necessários para a aplicação prática em contexto real de trabalho. Contou com 39 participantes num total de 3 sessões de formação.

Ciclos de Formação Ramos Estratégicos:

Dando resposta à crescente necessidade da Rede de Agentes em conhecer e interagir com as áreas Técnicas da VICTORIA, foram desenvolvidas sessões de formação com o objetivo de consolidar os conhecimentos técnicos dos Ramos Estratégicos (Transportes e Responsabilidade Civil). Estas sessões foram ministradas pela área de Formação a Canais de Mediação, através da Equipa de formadores em articulação com os responsáveis de Subscrição das linhas de negócio acima referidas, por forma a assegurar a consolidação dos conhecimento técnicos do Ramo e da linha de Produtos e proporcionar a partilha de experiências e apresentação / tratamento de casos práticos concretos.

Formação em Técnicas de Vendas:

Alinhado com os Ciclos de Formação interna, também para a Rede de Agentes foi estruturado um Plano de Formação, com vista à aquisição e desenvolvimento de habilidades de venda. Foram ministradas 10 ações de formação, envolvendo diversos Agentes de Norte a Sul do país, com um total de 74 participantes.

VICTORIA socialmente responsável

Ciente da importância do seu papel na sociedade, a VICTORIA desenvolve uma política de Responsabilidade Social Interna aliando aos seus valores os seguintes princípios:

- Construir | criar e fortalecer laços / relações internas, envolvendo todos os Colaboradores numa lógica de Responsabilidade Social
- Desenvolver | Conceber e promover ações que melhorem a qualidade de vida e as relações de trabalho dos Colaboradores

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

• Partilhar | Comunicar de uma forma clara, transparente e transversal a toda a Empresa

Com o desenvolvimento de iniciativas criadas especificamente no âmbito de uma Política de Responsabilidade Social Interna sustentada, a VICTORIA pretende proporcionar um maior equilíbrio da vida pessoal/profissional de cada Colaborador. Neste contexto, promove um ambiente de trabalho seguro e sustentável, o aumento da motivação e produtividade, a crescente consciencialização ambiental e solidária apoiando, nesta vertente causas e entidades de cariz social.

A Responsabilidade Social na VICTORIA assenta no espírito de colaboração e participação voluntária por parte de todos os Colaboradores, sem qualquer natureza de obrigatoriedade em que as iniciativas são de TODOS, partilhadas por TODOS e para TODOS!

2.9 Investimentos

O grupo VICTORIA em Portugal está integrado no grupo SMA (desde finais de 2011), sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 manteve-se a linha orientadora

da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2014, o montante de EUR 347.903.291 (2013: EUR 357.100.191) e que se concentrou maioritariamente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. Esta rubrica inclui sobretudo investimento direto em obrigações e fundos de tesouraria. Por outro lado, a rubrica Outros Ativos Financeiros registou uma variação positiva de 21,7% face a 2013. O investimento em Imóveis corresponde a 12,2% (2013: 7,7%) e as aplicações em títulos totalizam 87,2% (2013: 91,8%).

A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

					(OII. Euros)
Carteira de Investimentos	2014	%	2013	%	Var 14/13
Total	347.903.291	100,0%	357.100.191	100,0%	-2,6%
Títulos e Participações Financeiras	303.355.452	87,2%	327.805.298	91,8%	-7,5%
Imóveis	42.507.553	12,2%	27.617.958	7,7%	-53,9%
Outros Ativos Financeiros	2.040.286	0,6%	1.676.935	0,5%	21,7%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 303.355.452 (2013: EUR 327.805.298) e a 31 de dezembro de 2014 apresentava a seguinte distribuição:

(U	ln:	Eu	ro

(Lin: Furns)

Carteira de Títulos	2014	%	2013	%	Var 14/13
Total	303.355.451	100%	327.805.298	100%	-7,5%
Divisão Pública	140.712.386	46,4%	139.487.815	42,6%	0,9%
Obrigações Diversas	139.329.447	45,9%	132.898.210	40,5%	4,8%
Ações e Participações	3.183.409	1,0%	3.191.721	1,0%	-0,3%
Outros	20.130.210	6,6%	52.227.553	15,9%	-61,5%

Em 2014, em linha com o verificado em 2013, o prémio de risco da Dívida Soberana emitida pelos países europeus de maior risco, registou uma melhoria, destacando-se a redução do spread da dívida portuguesa de 409 para 211 bp face à dívida publica alemã. Por outro lado, a divida soberana de países como França e Alemanha, foi cada vez mais considerada como ativo de refúgio, fazendo com que o rendimento a 10 anos das obrigações alemãs descesse de 1,93% para 0,38% e em França a descida fosse de 2,55% para 0,82%.

Contrariamente, a dívida de empresas registou um aumento do rendimento gerado, principalmente nas emissões com melhor qualidade de crédito. O índice BofA Merrill Lynch Euro Corporate subiu 11,01% (2013: 2,39%).

Por este motivo, foi valorizado o investimento em obrigações de divida corporate (variação de 4,8% para os 45,9% em 2014). Seguindo a tendência já verificada em 2013, valorizou-se o investimento em obrigações com maior qualidade de crédito, sendo que 83,6% da carteira de obrigações possui rating igual ou superior a A (conforme quadro infra).

O índice BofA Merrill Lynch Euro Corporate subiu 11,01% (2013: 2,39%).

Por este motivo, foi valorizado o investimento em obrigações de divida corporate (variação de 4,8% para os 45,9% em 2014). Seguindo a tendência já verificada em 2013, valorizou-se o investimento em obrigações com maior qualidade de crédito, sendo que 83,6% da carteira de obrigações possui rating igual ou superior a A (conforme quadro infra):

4	
	RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Rating Carteira Obrigações	2014	2013
Total	100,0%	100,0%
AAA	23,0%	28,3%
AA	36,4%	35,5%
Α	24,3%	20,6%
BBB	10,9%	13,2%
BB	1,9%	0,7%
NR	3,6%	1,6%

O resultado de investimentos subiu cerca de 650 mil euros face a 2013, totalizando EUR 9.850.876 (2013: EUR 9.201.577). Tal como no exercício anterior, a rubrica de rendimentos registou uma descida (-7,2%) em virtude do reinvestimento dos vencimentos de obrigações a taxa de rendimento inferiores ou em outros.

De forma positiva, destaca-se a contribuição da rubrica de ganhos realizados, que registou um aumento de 59,2% face a 2013 e gerou um resultado de 3,5 milhões de euros. Também com nota positiva, a rubrica de perdas por imparidade totalizou EUR 145.683 (2013: 207.461).

(Un: Euros)

Proveitos de Investimentos	2014	2013	Var 14/13
Total	9.850	9.201.577	7,1%
Rendimentos	7.136.940	7.687.619	-7,2%
Ganhos Realizados	3.528.297	2.215.657	59,2%
Perdas Provenientes de Alienação	668.679	494.238	35,3%
Perdas por Imparidade	145.683	207.461	-29,8%

2.10 Fundos de Pensões

No ano de 2014, os ativos relativos a Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA, totalizaram um montante de EUR 26.966.787,93 (2013: EUR 25.265.078), distribuídos por 6 fundos destintos.

2.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 2,9 (2013: 3,5) milhões de folhas.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 2,9 (2013: 2,3) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água na nossa sede, incluindo assim os Edifícios VICTORIA e de Miraflores, situaram-se em 953.104

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(2013: 1.016.965) KW/H de energia elétrica, 26.822 (2013: 24.680) m³ de gás natural e 3.357 (2013: 2.705) m³ de água. O consumo nas nossas delegações foi de 127.658 (2013: 212.542) KW/H de energia elétrica e de 652 (2013: 1.699) m³ de água. Relativamente aos consumos nas delegações, esta poupança é um reflexo esperado da implementação do novo Modelo de Distribuição Comercial (encerramento de 9 delegações em janeiro de 2014).

Em resumo, o consumo médio, por empregado e por ano, foi de 3.959 (2013: 3.916) KW/H de energia elétrica e de 14,7 (2013: 14,0) m³ de água. De notar que a reestruturação com impacto relevante no número de Colaboradores, se concretizou em abril de 2014.

2.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2014, deu-se continuidade ao alinhamento do modelo de gestão de risco à estrutura organizacional da VICTORIA e à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno assenta no modelo das três linhas de defesa:

• Primeira linha de defesa, representada pelos de partamentos operacionais, áreas responsáveis pela

operacionalização da gestão de riscos e respetivos controlos;

- Segunda linha de defesa, representada pelas áreas de Gestão de Riscos, Controlo Interno, Atuariado e Conformidade, garante o desenvolvimento e monitorização do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno;
- Terceira linha de defesa, representada pela Auditoria Interna e Externa, tendo a principal função garantir a efetividade dos controlos.

Em particular, a área de Gestão de Riscos mantém o seu funcionamento integrada dentro da Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo como principal objetivo garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, em conformidade com os princípios já conhecidos do projeto Solvência II, controlando e minimizando os riscos decorrentes da atuação da VICTORIA nas suas diversas dimensões: Riscos Específicos de Seguro, Risco Operacional, Risco Reputacional, Risco Estratégico, Risco de Mercado, Risco de Concentração, Risco de Crédito e Risco de Conformidade.

Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado. Este mantém a estrutura do ano anterior, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se para 2014 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/ desenvolvimento de novos controlos;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações de sensibilização transversais à organização; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção permitindo a identificação e desenvolvimento de novos controlos e alertas. Neste âmbito, deve-se também destacar a participação da VICTORIA nos projetos partilhados com a APS e mercado,

denominados Ficheiro de Sinistros Automóvel e Registo de Sinistros Patrimoniais;

• Continuidade do projeto de atualização / formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes. A destacar a atualização do plano de emergência de evacuação do edifício central e realização de um simulacro com o objetivo de testar a adequação e eficácia do mesmo.

Relativamente a 2014, deve-se também se destacar as atividades relacionadas com a preparação para o novo regime de Solvência II:

- Realização do exercício QIS2014, de carater obrigatório para o mercado português;
- Análise do sistema de governação e respetivas funções-chave;
- Desenvolvimento/ revisão das políticas de risco;
- Desenvolvimento da metodologia de Autoavaliação Prospetiva de Riscos (FLAOR/ORSA).

Para 2015 as ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos e alinhadas com o grupo SMA são:

 Desenvolvimento das atividades no âmbito de preparação da VICTORIA para o Solvência II, nomeadamente todo o reporte quantitativo e qualitativo já exigido nesta fase de transição;

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Continuação da atualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e respetiva avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Construção de modelos de deteção e prevenção de Fraude;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

2.13 Margem de Solvência

O cálculo da Solvência Corrigida ao nível da sociedade gestora de participações no setor de seguros é efetuado pelo método baseado na consolidação contabilística. A cobertura da Margem de Solvência, é 2,55 (2013: 2,31) vezes superior ao necessário, representando este rácio um superavit de 40 Milhões de Euros (2013: EUR 36 Milhões de Euros). Na VICTORIA-Seguros, S.A., a Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,51 (2013: 2,35). Na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., a Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,64 (2013: 2,31).

2.14 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

2.15 Resultado do Exercicio

O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR – 11.479 (2013: EUR – 70.263).

O resultado do exercício líquido de impostos da SELICOMI Portugal, Lda, é de EUR – 18.010 (2013:n.a.).

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 440.489 (2013: EUR – 32.356). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 338.623 (2013: EUR 296.111).

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 46.412 (2013: EUR - 6.045.422). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 21.003 (2013: EUR - 5.274.117).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O resultado da consolidação contabilística efetuada é de EUR 351.636 (2013: EUR – 4.811.111).

2.16 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

2.17 Considerações Finais e Previsões para o Ano 2015

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços atingiu em janeiro o valor de 2015 EUR 17.246.378 (2014: EUR 17.100.355), o que representa um crescimento de 0,9% 11,1% (2013: quebra de 11,1%). No ano 2015 vamos prosseguir com a consolidação da recuperação iniciada em 2012, mantendo resultados positivos nas duas empresas de seguros assim como os adequados níveis de solvência.

Vamos aprofundar os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos três anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizar uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta. Vamos continuar a procurar fortalecer a filosofia de produtos com estrutura modular e multi-ramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de formas alternativas de retenção e crescimento rentáveis.

Vamos no ano 215 consolidar e aprofundar os passos dados em 2014 com o novo processo de cotações, com o propósito de elevar a eficiência e adequação do risco na gestão dos processos e do negócio. Vamos manter os esforços na atualização dos portais VICTORIA como ferramenta de comunicação com o nosso cliente, o agente profissional rentável, assim como na melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e na revisão de processos que nos permitirão implementar as ferramentas inerentes ao projeto de Solvência II.

A formação continua a ser um eixo estratégico de desenvolvimento da VICTORIA, pelo que iremos reforçar o investimento em ações que aumentem o potencial dos nossos recursos. Da mesma forma, continuaremos a fortalecer a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A sustentabilidade do nosso negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico ainda desfavorável, constitui um objetivo muito ambicioso. O Plano do ano 2015 foi construído a partir das ações propostas para responder a dois grandes desafios que temos pela frente:

- Captação e Base de distribuição do negócio VICTORIA
- Defesa e Retenção do negócio VICTORIA

2.18 Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 25 de março de 2015

O Conselho de Administração



- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.515.269		5.515.269	9.124.19
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.183.409		3.183.409	3.180.54
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	34.486.064		34.486.064	43.584.34
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.162.274		5.162.274	15.512.50
	Títulos de dívida	29.323.790		29.323.790	28.071.83
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	266.322.291	636.312	265.685.979	281.040.41
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	15.604.248	636.312	14.967.936	36.726.22
	Títulos de dívida	250.718.043		250.718.043	244.314.18
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	2.040.286	-	2.040.286	1.676.9
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	1.364.234		1.364.234	954.0
	Empréstimos concedidos	676.052		676.052	722.8
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
2	Terrenos e edifícios	42.507.553	20.857	42.486.696	27.574.1
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.352.520	20.857	2.331.663	2.400.2
	Terrenos e edifícios de rendimento	40.155.033		40.155.033	25.173.9

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros)

Notas do Anexo		Exercício			
	Demonstração da posição financeira	Valor Bruto Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
8	Outros Ativos tangíveis	8.715.376	7.985.886	729.490	1.038.90
	Inventários	48.615		48.615	56.23
	Goodwill				
9	Outros ativos intangíveis	23.190.887	18.745.075	4.445.812	3.482.0
13	Provisões técnicas de resseguro cedido	12.686.716	-	12.686.716	14.565.7
	Provisão para prémios não adquiridos	4.724.944		4.724.944	6.465.7
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	7.961.772		7.961.772	8.099.9
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
11	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.616.595		1.616.595	1.771.1
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19.218.412	1.554.962	17.663.450	18.265.2
	Contas a receber por operações de seguro direto	11.457.495	882.999	10.574.496	12.808.9
	Contas a receber por outras operações de resseguro	2.884.208		2.884.208	2.480.5
	Contas a receber por outras operações	4.876.709	671.963	4.204.746	2.975.6
12	Ativos por impostos	2.500.819	-	2.500.819	2.737.9
	Ativos por impostos correntes	1.012.290		1.012.290	1.110.8
	Ativos por impostos diferidos	1.488.529		1.488.529	1.627.0
16	Acréscimos e diferimentos	309.954		309.954	277.8
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	422.342.246	28.943.092	393.399.154	408.375.6

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO	262.494.131	272.233.229
13	Provisões técnicas	16.095.947	17.471.747
	Provisão para prémios não adquiridos	169.712.764	172.138.019
	Provisão matemática do ramo vida	57.634.117	61.218.105
	Provisão para sinistros	6.841.696	7.094.431
	De vida	24.252.853	25.674.359
	De acidentes de trabalho	26.539.568	28.449.315
	De outros ramos	5.811.374	6.627.485
	Provisão para participação nos resultados	970.605	1.305.978
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	4.840.769	5.321.50
	Provisão para participação nos resultados atribuída	4.558.394	2.960.72
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira	4.760.835	4.559.379
	Provisão para desvios de sinistralidade	3.920.700	7.257.76
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas	35.568.787	45.701.46
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.678.342	23.916
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	21.103	23.916
	Depósitos recebidos de resseguradores	2.657.239	
	Outros	448.807	419.32
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	9.333.996	8.601.803
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.190.022	5.131.757

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira		Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
	Contas a pagar por operações de seguro direto		1.558.140	1.369.326
	Contas a pagar por outras operações de resseguro		2.585.834	2.100.718
	Contas a pagar por outras operações		3.983.373	3.294.894
12	Passivos por impostos		3.474.002	3.030.231
	Passivos por impostos correntes		509.371	264.663
	Passivos por impostos diferidos		4.933.585	7.708.059
16	Acréscimos e diferimentos		3.669.251	3.588.992
	Outras Provisões			
	Outros elementos do passivo			
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		323.110.272	341.571.675
	то	TAL PASSIVO	262.494.131	272.233.22
17	CAPITAL PRÓPRIO			
	Capital		54.500.000	54.500.00
	(Ações Próprias)			
	Outros instrumentos de capital			
	Reservas de reavaliação		12.019.016	7.743.05
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		11.746.979	7.582.98
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		272.037	160.06
	Por revalorização de ativos intangíveis			
	Por revalorização de outros ativos tangíveis			
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
	De diferenças de câmbio			
	Reserva por impostos diferidos		(3.066.877)	(2.030.513
	Outras Reservas		45.893.173	45.999.640

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

					(Un: Euros)
Notas do Anexo		Demonstração da posição financeira		Exercício	Exercício Anterior
		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
	Resultados Transitados			(39.408.246)	(34.597.135)
	Resultado do exercício			351.636	(4.811.111)
			TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	70.288.702	66.803.932
	Interesses Minoritários			180	
		TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁTIOS		70.288.882	
		TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		393.399.154	408.375.607

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Notas			Exerc	ício		Exercício Anterior
do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.574.802	42.494.379		83.069.181	80.651.82
20	Prémios brutos emitidos	43.374.192	74.032.150		117.406.342	117.879.02
	Prémios de resseguro cedido	(2.813.920)	(31.349.478)		(34.163.398)	(37.607.50
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	14.530	1.552.511		1.567.041	1.724.2
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(1.740.804)		(1.740.804)	(1.343.92
21	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	556.883	-		556.883	702.8:
22	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(38.406.113)	(32.611.578)		(71.017.691)	(69.809.18
	Montantes pagos	(38.618.848)	(35.557.095)		(74.175.943)	(73.860.83
	Montantes brutos	(39.095.980)	(55.631.166)		(94.727.146)	(94.351.50
	Parte dos resseguradores	477.132	20.074.071		20.551.203	20.490.6
	Provisão para sinistros (variação)	212.735	2.945.517		3.158.252	4.051.6
	Montantes brutos	252.735	3.043.741		3.296.476	3.892.7
	Parte dos resseguradores	(40.000)	(98.224)		(138.224)	158.9
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1.597.669)	3.135.613		1.537.944	(1.555.87
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.934.801			2.934.801	5.752.3
	Montantes brutos	2.934.801			2.934.801	5.752.3
	Parte dos resseguradores				-	
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.278.290)	(5.267)		(1.283.557)	(1.080.27
	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.936.524)	(13.507.858)		(20.444.382)	(25.794.52
	Custos de aquisição	(3.035.802)	(14.090.708)		(17.126.510)	(19.981.47

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Notas			Exercício					
do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Técnica Vida	Técnica Vida Vida		Total	Exercício Anterior		
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(389.142)	(196.173)		(585.315)	(708.332)		
	Gastos administrativos	(4.842.924)	(6.468.066)		(11.310.990)	(13.871.228)		
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.331.344	7.247.089		8.578.433	8.766.505		
23	Rendimentos	6.513.460	524.972	65.519	7.103.951	7.687.619		
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de	6.238.096	524.972	65.519	6.828.587	7.444.398		
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-		
	Outros	275.364	-	-	275.364	243.221		
24	Gastos financeiros	(722.181)	(189.121)	(23.855)	(935.157)	(620.705)		
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de				-	-		
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de				-	-		
	Outros	(722.181)	(189.121)	(23.855)	(935.157)	(620.705)		
25	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor	1.921.560	841.938	(12.087)	2.751.411	1.651.303		
	De ativos disponíveis para venda	1.921.560	841.938	(12.087)	2.751.411	1.651.303		
	De empréstimos e contas a receber							
	De investimentos a deter até à maturidade							
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado							
	De outros							
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor	(2.621.971)	-	-	(2.621.971)	(2.082.320)		
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-		
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.621.971)	-	-	(2.621.971)	(2.082.320)		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(UII.	Lui	USJ

Notas			Exercício			
do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Anterior
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classifi- cados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
27	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(145.683)	-	-	(145.683)	(207.461)
	De ativos disponíveis para venda	(145.683)	-	-	(145.683)	(207.461)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(16.024)	10.041	-	(5.983)	3.953
29	Outras provisões (variação)			(81.803)	(81.803)	(637.723)
30	Outros rendimentos/gastos			(850.189)	(850.189)	(932.069)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados			2.868	2.868	237.158
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classifica-					
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	777.051	693.119	(899.547)	570.623	(6.033.084)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(113.560)	(113.560)	(444.326)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(105.427)	(105.427)	1.666.299
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	777.051	693.119	(1.118.534)	351.636	(4.811.111)

43

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		(OII. Euros)
-	2013	2014
Resultado líquido do exercício	351.636	(4.811.111)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	5.574.529	(2.407.383)
Por via de alienações	(1.738.100)	(472.813)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	104.163	=
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	335.373	635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(1.036.364)	616.255
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	(106.467)	29.081
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	3.484.770	(6.410.529)

(Lin: Euros)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Un: Euros) DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO 2014 2013 1. ATIVIDADES OPERACIONAIS: Recebimentos: 342 823 502 449.202.062 Clientes (prémios recebidos) 115,413,860 112.997.164 venda/amortização de ativos financeiros (Inv) 224.630.079 330.078.794 Juros e dividendos (Inv) 12.563 12.572 Recebimentos de taxas e impostos 6.113.532 Regularização c/c Seguradoras 2.767.000 Pagamentos: 328.871.485 (450.851.757) Clientes (sinistros & estornos) 94.623.443 92.661.564 Comissões 5.480.654 5.818.848 Resseguradores 4,443,465 8.425.236 742,949 Outros prestadores (705.35) Fornecedores diversos 11.886.981 48.346.329 Pagamentos a colaboradores 7.805.617 7.416.590 Compra de ativos financeiros (Inv) 186.357.839 263.364.065 Pagamento de taxas e impostos 15.922.968 17.678.609 Despesas de Viagem 284,660 272.517 Fundo Fixo Caixa 4 253 11.518 Regularização c/c Seguradoras 2.767.000 6.113.532 Fluxo das atividades operacionais 13.952.017 (1.649.695) 2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Recebimentos: Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.) Imobilizações corpóreas (alienação) Imobilizações incorpóreas (alienação)

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		(Un: Euros)
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	2014	2013
Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		-
Pagamentos:	17.560.942	(1.607.023)
Propriedades Investimento	14.904.239	
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	113.096	542.448
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	2.543.607	1.064.575
Fluxo das atividades de Investimentos	(17.560.942)	(1.607.023)
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)		<u>-</u>
Aumentos de Capital		
Doações		<u>-</u>
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)		-
Amort. De contratos de locação financeira		
Dividendos		-
Fluxo das atividades de financiamento		
4. = 1 + 2 + 3 + 4		
Total do Fluxo de Caixa	(3.608.925)	(3.256.718)
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.124.194	12.380.912
Caixa e seus equivalentes no final do período	5.515.269	9.124.194

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		Reservas de r	eavaliação		0	utras Reserv	as				
Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Por ajust. justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
Balanço a 31 de dezembro 2012	54.500.000	9.838.381	149.424	(2.646.768)	1.121.630	44.992.014	(143.085)	(24.941.526)	(9.655.609)		73.214.461
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(2.880.196)	-		-	-	-	-	-		(2.880.196)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-		-								-
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		624.802	10.640								635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	616.255	-	-	-	-	-		616.255
Aumento de reservas por aplicação de resultados	=	-	-	-	-	=	-	(9.655.609)	9.655.609		-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-				-
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	29.081	-	-		29.081
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-				-						-

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		Reservas de r	Reservas de reavaliação		0	utras Reserv	as				
Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Por ajust. justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
Resultado líquido do período	_	=	-	-	-	-	-	-	(4.811.111)		(4.811.111)
Balanço a 31 de dezembro 2013	54.500.000	7.582.987	160.064	(2.030.513)	1.121.630	44.992.014	(114.004)	(34.597.135)	(4.811.111)		66.803.932
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	3.836.429	-		-	-	-	-	-		3.836.429
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	104.163								104.163
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		327.563	7.810								335.373
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(1.036.364)	-	-	-	-	-		(1.036.364)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(4.811.111)	4.811.111		-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-				-
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio		-	-	-	-	-	(106.467)	-	-		(106.467)

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		Reservas de reavaliação			0	Outras Reservas					
Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	Capital Social	Por ajust. justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	TOTAL
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	=				-						-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	351.636		351.636
Interesses Minoritários										180	180
Balanço a 31 de	54.500.180	11.746.979	272.037	(3.066.877)	1.121.630	44.992.014	(220.471)	(39.408.246)	351.636	180	70.288.882

RELATÓRIO

- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

- I. Introdução
- II. Informação por Segmentos
- III. Políticas Contabilísticas
- IV. Gestão de Riscos
- V. Notas ao Balanço
 - NOTA 1 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 6 Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 Afetação dos investimentos
 - NOTA 8 Outros ativos tangíveis e inventários
 - NOTA 9 Outros ativos intangíveis
 - NOTA 10 Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 11 Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 12 Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 13 Provisões Técnicas
 - NOTA 14 Passivos Financeiros de contratos de investimento

- NOTA 15 Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 17 Capital Próprio
- NOTA 18 Transações entre partes relacionadas
- NOTA 19 Elementos extra patrimoniais
- VI. Notas à Conta de Ganhos e Perdas
 - NOTA 20 Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 21 Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
 - NOTA 22 Custos com sinistros
 - NOTA 23 Rendimentos / réditos de investimentos
 - NOTA 24 Gastos Financeiros
 - NOTA 25 Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
 - NOTA 26 Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
 - NOTA 27 Perdas de Imparidades
 - NOTA 28 Outros rendimentos/gastos técnicos
 - NOTA 29 Outras Provisões (Variação)
 - NOTA 30 Outros rendimentos/gastos
 - NOTA 31 Gastos diversos por função
 - NOTA 32 Gastos com o pessoal
 - VII. Eventos subsequentes à data de encerramento
 - VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros
 - IX. Alterações de Politicas Contabilísticas
 - Inventário de Títulos e Participações Financeiras

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

Por escritura pública de 29 de outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. ("VICTORIA" ou "Grupo" e o seu objeto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adota a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos ativos e passivos relacionados com a atividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

No dia 29 de dezembro de 2011, o Grupo SMA formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de setembro de 2011 e foi aprovada no início de dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMA concentra a sua atividade no setor da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMABTP, fundado em 1859,

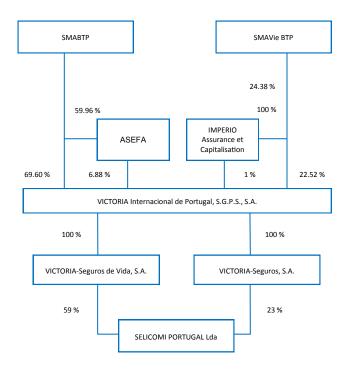
conta com 2.800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de ativos sob gestão. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

I – INTRODUÇÃO

Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:



- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

2014	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	43.374.192	74.032.150	28.177.929	15.570.151	13.087.830	9.719.562	7.296.678
Prémios de resseguro cedido	(2.813.920)	(31.349.478)	(13.305.423)	(10.659.925)	(1.623.467)	(2.557.342)	(3.203.291)
Prémios brutos adquiridos	43.388.722	75.584.661	28.314.221	16.438.483	13.759.509	9.904.584	7.167.864
Resultados dos investimentos	4.945.185	1.177.789	126.620	251.648	246.232	465.278	88.011
Custos com sinistros brutos	(38.843.245)	(52.587.425)	(21.863.948)	(10.369.174)	(9.015.634)	(6.871.252)	(4.467.417)
Custos de exploração brutos	(8.267.868)	(20.754.947)	(6.039.374)	(4.883.151)	(4.377.987)	(3.051.947)	(2.402.488)
Resultado técnico	777.051	693.119	2.174.769	(820.463)	(336.460)	(1.013.772)	689.045
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	205.696.586	85.631.625	10.561.922	19.922.655	19.564.484	28.621.225	6.961.340
Provisões técnicas	187.802.941	74.691.190	8.889.261	16.767.563	16.466.114	26.709.358	5.858.893

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2013	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	38.406.287	79.472.735	28.617.984	17.208.052	15.657.047	11.486.196	6.503.456
Prémios de resseguro cedido	(3.331.041)	(34.276.464)	(13.999.442)	(12.539.894)	(1.623.497)	(2.557.342)	(3.556.289)
Prémios brutos adquiridos	38.281.952	81.321.303	28.985.796	17.878.886	16.377.440	11.771.540	6.307.641
Resultados dos investimentos	5.305.520	841.875	117.692	169.203	167.468	344.374	43.139
Custos com sinistros brutos	(36.838.729)	(53.624.294)	(24.795.373)	(9.599.786)	(9.552.605)	(6.819.745)	(2.856.785)
Custos de exploração brutos	(9.778.190)	(24.965.835)	(8.534.903)	(5.332.590)	(5.361.845)	(3.607.659)	(2.128.837)
Resultado técnico	139.688	(5.299.547)	(4.555.033)	(2.050.376)	966.684	217.338	121.840
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	211.796.610	87.228.160	13.871.949	19.300.560	19.528.010	29.672.242	4.855.400
Provisões técnicas	189.714.894	82.518.335	13.050.577	18.157.754	18.371.736	28.370.362	4.567.906

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07"), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4, em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"),

e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2014 a VICTORIA adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2014 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA ("Grupo"), é composta pelas demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras das suas subsidiárias Victoria — Seguros de Vida, S.A. e Victoria — Seguros, S.A.. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2014 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de

entradas e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cashflows* futuros associados aos contratos.

Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

i. Provisão para prémios não adquiridos

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método "prorrata temporis" por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

i. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

iii. Provisão para participação nos Resultados

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

iv. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

v. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

vi. Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

• Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que n\u00e3o se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como

ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
II - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado:
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido. e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento. Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo12,5%Máquinas e ferramentas12,5% a 25%Equipamento informático25% e 33%Instalações interiores10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com

o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- -pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- -atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são

registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está

mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal:
- II Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título,

em virtude de dificuldades financeiras

f. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da VICTO-RIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

1. Risco Estratégico

os colaboradores.

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos. De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos

Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.

Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

No âmbito da estratégica deve-se também realçar a importância dada pela organização ao Projeto Solvência II, e destacar o enfoque dado à fase de preparação para o novo regime, nomeadamente no desenvolvimento da metodologia de autoavaliação prospetava de riscos (FLAOR/ ORSA). Análise já considerada na definição da estratégia para os próximos três anos, existindo um crescimento/ consolidação na gestão baseada no conhecimento do risco.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores como são o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.
- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. Estas normas

têm em conta a experiência da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e estão de acordo com as indicações dos resseguradores. A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Como uma periodicidade anual é apurado o valor atual dos lucros futuros, permitindo analisar a rentabilidade expectável da carteira, tendo em considerando as tarifas praticadas.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento. Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura		
Ramo Vida		•			
Vida Individual	Surplus	100.000	1.200.000		
Vida Grupo	Surplus	150.000	1.500.000		
Vida Individual/Grupo	Excess of Loss	300.000	8.100.000		
Ramo Não Vida	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura		
Incêndio e outros	Quota Share	250.000	500.000		
danos	First Surplus	500.000	18.000.000		
Incêndio e outros		5.000.000	125.000.000		
danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	120.000.000 xs 5.000.000			
Automóvel	Excess of Loss	500.000	50.000.000		
Automovei	EXCESS OF LOSS	49.500.000 xs 500.000			
	Quota Share	300.000	600.000		
	Excess of Loss per risk	600.000	4.000.000		
Marítimo, aéreo e transportes	or event	3.400.000 xs 600.000			
	Excess of Loss per	4.000.000	14.000.000		
	event	10.000.000 xs 4.000.000			

- RELATÓRIO
- **INFORMAÇÃO FINANCEIRA**
- RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros) Ramo Tipo de Resseguro Retenção Limite de cobertura Quota Share 250,000 500,000 500,000 1.500.000 Excess of Loss per risk or event 1.000.000 xs 500.000 Acidentes Pessoais 1.500.000 9.000.000 Excess of Loss per 7.500.000 xs 1.500.000 7.000.000 400.000 Acidentes de Trabalho Excess of Loss 6.600.000 xs 400.000 Quota Share 200.000 400,000 Responsabilidade Civil 400,000 3.000.000 Excess of Loss 2.600.000 xs 400.000 500,000 Quota Share 250,000 Quota Share 3,600,000 12.000.000 500.000 6.000.000 Excess of Loss per Engenharia 5.500,000 xs 500,000 1.000.000 6.000.000 Excess of Loss per event 5,000,000 xs 1,000,000 15.000.000 Quota Share 4.500.000 Caucão 2.000.000 4.500.000 Excess of Loss 2.500.000 xs 2.000.000 Quota Share 20.000.000 40.000.000 Decenal 4.000.000 16.000.000 Excess of Loss 12.000.000 xs 4.000.000

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro: (Valores em Milhares de Euros)

		(valores em n	minutes de Edios,			
Roman		Prémios 2014				
Ramos	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido			
Ramo Vida						
Vida Individual	30.433	360	30.073			
Vida Grupo	12.941	2.454	10.487			
Total Ramo Vida	43.374	2.814	40.560			
Ramos Não Vida						
Doença	28.178	13.305	14.873			
Incêndio e outros danos	15.750	10.660	5.090			
Automóvel	13.088	1.113	11.974			
Acidentes	9.720	2.396	7.324			
Maritimo, aéreo e transportes	5.521	2.891	2.630			
Diversos e RC	1.775	983	792			
Total Ramo Não Vida	74.032	31.349	42.683			
Ramos	Prémios 2013					
Kanios	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido			
Ramo Vida						
Vida Individual	28.196	330	27.866			
Vida Grupo	10.210	3.001	7.210			
Total Ramo Vida	38.406	3.331	35.075			
Ramos Não Vida						
Doença	28.618	13.999	14.619			
Incêndio e outros danos	17.208	12.540	4.668			
Automóvel	15.657	1.623	14.034			
Acidentes	11.486	2.557	8.929			
Maritimo, aéreo e transportes	5.111	2.719	2.391			
Diversos e RC	1.393	837	556			

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Riscos de Prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

(Valores em Milhares de Euros)

Ramos	2014	2013
PRÉMIOS B	RUTOS EMITIDOS	
Saúde	28.178	28.618
Incêndio e outros danos	15.750	17.208
Automóvel	13.088	15.657
Acidentes de Trabalho	6.107	7.989
Acidentes Pessoais	3.613	3.497
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.521	5.111
Responsabilidade Civil	1.619	1.196
Diversos	157	196

Ramos	2014	2013
PRÉMIOS	BRUTOS ADQUIRIDOS	
Saúde	28.314	28.986
Incêndio e outros danos	16.438	17.879
Automóvel	13.760	16.377
Acidentes de Trabalho	6.238	8.189
Acidentes Pessoais	3.666	3.583
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.517	5.070
Responsabilidade Civil	1.495	1.020
Diversos	156	217
RÁCIO DE S	INISTRALIDADE BRUTO	
Saúde	77,4%	85,7%
Incêndio e outros danos	63,3%	53,9%
Automóvel	65,8%	58,5%
Acidentes de Trabalho	92,1%	73,7%
Acidentes Pessoais	31,0%	22,2%
Maritimo, Aéreo e Transportes	78,4%	52,8%
Responsabilidade Civil	12,6%	37,5%
Diversos	-22,5%	-89,4%
RÁCIO D	E DESPESAS GERAIS	
Saúde	13,0%	19,8%
Incêndio e outros danos	20,7%	21,2%
Automóvel	25,5%	25,7%
Acidentes de Trabalho	28,5%	24,1%
Acidentes Pessoais	18,2%	17,4%
Maritimo, Aéreo e Transportes	13,2%	14,5%
Responsabilidade Civil	46,4%	58,7%
Diversos	10,8%	8,3%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Ramos	2014	2013
RÁCIO COM	MBINADO BRUTO	
Saúde	99,2%	115,8%
Incêndio e outros danos	93,7%	84,4%
Automóvel	98,5%	92,1%
Acidentes de Trabalho	116,6%	102,0%
Acidentes Pessoais	74,6%	60,7%
Maritimo, Aéreo e Transportes	105,2%	80,6%
Responsabilidade Civil	75,7%	109,3%
Diversos	-1,0%	-73,9%
RÁCIO CON	IBINADO LÍQUIDO	
Saúde	102,3%	122,8%
Incêndio e outros danos	125,7%	134,5%
Automóvel	108,3%	102,5%
Acidentes de Trabalho	121,8%	107,4%
Acidentes Pessoais	127,7%	109,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	94,1%	85,7%
Responsabilidade Civil	108,2%	178,9%
Diversos	-59,8%	-359,2%

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo de cerca de 2,5 % comparativamente com o ano transato.

Riscos de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de dezembro de 2014, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico. O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

(1	Jn:	Łи	ros

TOTAL REAIS Estimativa acumulada dos Sinistros	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
No final do ano de constituição	19.107	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919
Um ano depois	18.758	20.510	23.558	224.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584	32.419	27.524	
Dois anos depois	18.333	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807	47.178	32.971		
Três anos depois	18.301	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756	54.508	47.597			
Quatro anos depois	18.254	20.263	22.806	23.600	28.465	26.350	30.723	36.113	54.617				
Cinco anos depois	18.271	19.991	22.696	23.193	28.427	26.223	30.750	36.165					
Seis anos depois	18.126	19.884	22.646	23.196	27.761	26.227	30.889						
Sete anos depois	18.159	19.768	22.500	23.213	27.708	26.224							
Oito anos depois	18.078	19.808	22.550	22.747	27.297								
Nove anos depois	18.417	19.860	22.712	22.757									
Dez anos depois	18.174	19.635	22.689										
Onze anos depois	18.173	19.608											
Doze anos depois	18.171												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	18.171	19.608	22.689	22.757	27.297	26.224	30.889	36.165	54.617	47.597	32971	27.524	25.919
Pagamentos acumulados até 31-12-2014	17.125	19.501	22.524	22.654	27.076	25.897	30.526	35.287	53.345	45.543	30.861	24.559	16.357
Provisão para sinistros	1.045	107	165	103	221	327	363	878	1.272	2.054	2.110	2.966	9.562

 Provisão para Sinistros a 31-12-2014 na matriz
 21.174

 Provisão para Sinistros a 31-12-2014 de anos anteriores
 173

 Total Provisão para Sinistros a 31-12-2014
 21.348

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

Riscos biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte Beneficio em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos paga-
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

(Un: Euros)

Produtos		Provisão Adicional 2014	Provisão Adicional 2013
Mistos Individual & Grupo		572	461
Rendas		297	
Financeiros (contratos investimento)		6.626	6.867
Financeiros (contratos seguro)		721	-
	Total	8.216	7.328

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 3.658.033) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 4.558.394). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de Euros 1.597.669 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou uma diminuição de Euros 709.841.

Este aumento resultou essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos.

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do Ramo Vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco. Em 2014, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, sendo o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade. Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Especifico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição.

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adqueacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros. A VICTORIA-Seguros, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

2014	Quantidade	Montante do	Valor total	Valor de balanço		
2014	Quantidade	valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruados	
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS						
Nacionais						
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.183.409		
sub-total	600.000		3.000.000	3.183.409		
total	600.000		3.000.000	3.183.409		
OUTROS TÍTULOS						
Nacionais						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública		358.701	341.296	390.547	8.748	
De outros emissores		1.001.222	1.001.099	1.164.250	39.356	
sub-total		1.359.923	1.342.395	1.554.797	48.104	
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Títulos de participação						
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.321.159		
Outros						
sub-total	683.800	1.359.923	2.485.953	2.321.159		
total	683.800	1.359.923	3.828.348	3.875.956	48.104	
Estrangeiros						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública		70.140.000	73.221.279	79.402.896	1.412.745	
De outros emissores públicos		54.320.000	54.940.338	56.658.174	210.110	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

2014	Our wilded	Montante do	Valor total	Valor de balanço	
2014	Quantidade	valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruados
De outros emissores		134.270.000	134.994.028	139.876.714	878.293
	sub-total	258.730.000	263.155.645	275.937.784	2.501.148
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	28.132		17.682.346	17.809.051	
Outros					
	sub-total 28.132	-	17.682.346	17.809.051	
	total 28.132	258.730.000	280.837.991	293.746.835	2.501.148
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				673.212	2.840
Depósitos a Prazo				1.364.162	72
	total			2.037.374	2.912
3 - ТОТ	AL GERAL 1.311.932	260.089.923	287.666.339	302.843.574	2.552.164

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

2012	Quantidade	Montante do	Valor total	Valor de balanço		
2013		valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruados	
TÍTULOS EMP GRUPO NÃO INCLUÍDAS CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS						
Nacionais						
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.180.541		
total	600.000	-	3.000.000	3.180.541	0	
TÍTULOS						
Nacionais						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública		1.838.701	1.824.369	1.814.049	44.141	
De outros emissores públicos						
De outros emissores		2.501.222	2.503.903	2.536.985	63.373	
sub-total		4.339.923	4.328.272	4.351.034	107.514	
Títulos de rendimento variável						
Ações	2.000		11.046	11.180		
Títulos de participação						
Unidades de participação em fundos de investimento			2.587.168	2.674.067		
Outros	683.800					
sub-total	685.800	-	2.598.214	2.685.247	0	
total	685.800	4.339.923	6.926.486	7.036.281	107.514	
Estrangeiros						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública		76.645.000	78.784.826	82.824.975	1.515.243	
De outros emissores públicos		51.920.000	52.345.592	53.149.253	234.198	
De outros emissores		124.970.000	125.321.635	129.266.312	937.495	
sub-total sub-total		253.535.000	256.452.053	265.240.540	2.686.936	
Títulos de rendimento variável						

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

						(,
2013 -		Quantidade	Montante do	Valor total	Valor d	e balanço
			valor nominal	de aquisição	Total	Juros Acruados
Ações						
Títulos de participação						
Unidades de participação em fundos de investimento		38.151		49.493.820	49.553.485	
Outros						
	sub-total	38.151	-	49.493.820	49.553.485	
	total	38.151	253.535.000	305.945.873	314.794.025	2.686.936
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER						
Empréstimos concedidos					721.021	1.825
Depósitos a Prazo					953.879	210
	total				1.674.900	2.035
	TOTAL GERAL	1.323.951	257.874.923	315.872.359	326.685.747	2.796.485

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de

mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Valores em Milhares de Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	209.333	187.804	111,5%
Uls	35.569	35.569	100,0%
Livres	12.143	n.a	
TOTAL	257.045	223.372	115,1%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em dezembro de 2014 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 115,1% (2013: 109,7%).

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA-Seguros, S.A. procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2014 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 129,5% (2013: 117,6%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2014	%	2013	%
AAA	64.289.201	21,1%	77.085.018	23,4%
AA	101.984.301	33,4%	96.693.184	29,3%
A	67.926.287	22,2%	56.205.402	17,0%
BBB	30.409.769	10,0%	36.082.396	10,9%
BB	5.228.733	1,7%	2.814.103	0,8%
В	4.712	0,0%	7.384	0,0%
СС	0	0,0%	-	0,0%
NR	21.235.285	7,0%	26.016.599	7,9%
Instrumentos Representativos de Capital	14.317.450	4,7%	34.578.146	10,5%
Total	305.395.738	100%	329.482.232	100%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV – GESTÃO DE RISCOS

Em 2014, o processo de normalização da crise da Dívida Soberana dos países europeus, avanço de forma significativa. Portugal, seguindo os passos da Irlanda, encerrou com sucesso o seu programa de ajuda financeira. Os prémios de risco da dívida dos países mais endividados diminuíram significativamente, embora os fatores que estiveram na génese desta crise (dívida excessiva e fraco crescimento económico) se tenham mantido de forma latente. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo®se num elevada qualidade de crédito: A qualidade da carteira de crédito continuou

a ser elevada, uma vez que 54,5% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2013: 54,8%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 23,2 milhões de euros (2013: 24,2) o que corresponde a 7,7% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 4,3%; Espanha: 2,2%; Irlanda: 1,1%; Portugal: 0,1%.

Durante o exercício não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida.

Com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

	31 de dezembro de 2014							
Emitente / Carteira	te / Carteira Valor Justo Valor Reserva de Justo Taxa Contabilístico Valor Valor		Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização			
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Portugal	310.293	357.977	47.684	4%	8	96		
Grécia	3	4.712	4.709	0%	29	0		
Irlanda	3.113.372	3.123.460	10.088	5%	2	106		
Espanha	6.007.360	6.541.050	533.690	4%	3	100		
Itália	11.890.409	12.708.590	818.181	4%	3	102		
	21.321.437	22.735.789	1.414.352	4%	3	102		

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

31 de dezembro de 2013								
Emitente / Carteira	Valor Justo Valor Reserva de Justo Taxa de Juro Média Valor		Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização				
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Portugal	1.814.553	1.804.128	-10.424	4%	2	100		
Grécia	2	7.384	7.381	0%	29	0		
Irlanda	3.002.379	3.191.605	189.226	5%	2	102		
Espanha	6.005.736	6.345.300	339.564	4%	4	100		
Itália	11.960.162	12.405.715	445.553	4%	4	102		
	22.782.832	23.754.132	971.300	4%	3	101		

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, adotaram-se os seguintes critérios:

- -Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:
- i. Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado

- o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;
- ii. Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- -Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

O resseguro do negócio Vida está disperso por 6 resseguradoras, 5 com rating entre o AA- e A- e 1 com rating BBB+ da Standard&Poor's.

O resseguro do negócio Não Vida está disperso por 29 resseguradoras, 26 com rating entre o AA+ e o A- e 2

com rating entre BBB+ e o BBB- da Standard&Poor's. Tem também a participação da SMABTP que é Not Rated. O Nat Cat está colocado em 17 resseguradores, das quais 14 o rating varia entre AA- e A.

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2014, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, o número de mediadores com poderes de cobrança diminuiu. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;

100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;

30% para o montante dos restantes saldos em dívida; Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%. Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobranca.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas

a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2014	%	2013	%	
< 1 ano	59.751.174	19,6%	35.480.091	10,8%	
1 a 2 anos	42.551.026	13,9%	99.921.430	30,3%	
3 a 5 anos	94.797.089	31,0%	66.175.347	20,1%	
6 a 10 anos	80.953.444	26,5%	57.564.950	17,5%	
> 10 anos	4.029.385	1,3%	14.921.140	4,5%	
Instrumentos Representativos de Capital	23.313.619	7,6%	55.419.274	16,8%	
Total Geral	305.395.738	100%	329.482.232	100%	

Para a carteira de Vida, a gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos. De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2015, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 27 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2014, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 31 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 4.2 milhões de euros.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Análise ALM para Cash-Flows em 2015					
Cash-flows do Ativo	31.692.242				
Amortizações	26.841.898				
Juros	4.850.344				
Cash-flows do Passivo	(27.452.806)				
Prémios (negócio existente)	16.691.601				
Reembolsos	(39.345.890)				
Outros CF negativos	(4.798.516)				
Mismatch Cash-flow ativo/passivo	4.239.436				

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Assim, o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo foi otimizado, registando uma descida de 5,9 para 4,2 milhões de euros (1,7% dos ativos da companhia).

O mercado de obrigações regressou em 2014 aos níveis anteriores aos da crise soberana, continuando no entanto a ser uma peça chave de uma gestão prudente e conservadora. Para continuar a garantir que as necessidades operacionais de liquidez do Fundo podem em qualquer momento ser satisfeitas, o investimento em ativos de baixo risco continua a ser uma peça

fundamental da estratégia de investimentos. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 69,4 milhões de euros (2013: 73,7), representando 32,5% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 58% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 76% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2013: 79%). Face ao ano anterior a exposição a fundos de tesouraria registou um decréscimo digno de referência. Este tipo de ativos atingia no final do exercício um montante global de 11,9 milhões de euros (2013: 28,7) e representa uma redução da exposição em termos relativos de 12,5% para 5,6%.

Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2015 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

Intervalo	Responsabilidades à data incluindo capitalização das taxas técnicas e prémios futuros (*)	Ativos (V. Nominal e Cupão Acumulado) (*)		
<=1 ano	8.399.861	16.715.768		
2 anos	6.380.300	1.946.063		
de 3 a 5 anos	11.392.260	13.786.973		
de 6 a 10 anos	11.048.818	4.152.444		
Superior a 10 anos	13.885.406	2.529.062		

Para a carteira Não Vida, a gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 31,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2015. Durante o exercício de 2014 a normalização dos mercados financeiros permitiu que a gestão de ativos reduzisse a exigência de exposição a ativos do mercado monetário. Face ao ano transato o investimento em fundos de tesouraria desceu de 20,8 para 5,9 milhões de euros, continuando

no entanto a representar uma classe de ativos relevante (6,8% do valor total da carteira de ativos). Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis importantes (11,8 milhões de euros, representando 13,6% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 99,8% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Finlândia e França). A Companhia detinha ainda um volume em Depósitos à Ordem de 1,1 milhões de euros

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhias.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

- "Net loss limit": este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- "Risk-based capital": este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador, em 31 de dezembro de 2014, apresentava para a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. um valor de 40,25 milhões de euros, e um valor de 37,57 milhões de euros para a VICTORIA - Seguros, S.A., o que significa que a estratégia de investimentos

implementada na VICTORIA era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 17,04.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência para o exercício findo, é de 2,55% (2013: 2,31%), representando este rácio um *superavit* de Euros 40.018.640 (2013: Euros 35.931.943), face aos requisitos mínimos definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ao longo do exercício de 2014 e com periodicidade trimestral, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Como objetivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

• Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados:

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCOS

- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus acionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de ativos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros.

Toda a atividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.

A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de Dezembro de 2014 e é composta em 81% por Obrigações e com uma Duração Média Modificada de 2,76. Destaca-se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 8,1%.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2014 era de 40,4 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 256%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas. A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos. O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 256% para 298% com um incremento de 10,7 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 71% pela valorização da carteira de obrigações e em 25% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 15,5 milhões de euros e que se explica em 44% pelo valor dos ativos imobiliários e 49% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 196%.

Risco Valores	Exposição a	Duração	Variações					
	Valores de Mercado	Modificada	(+)	Impacto	(-)	Impacto		
Taxa de Juro	277.492.581	2,76	-100p.b.	7.654.963	+100 p.b.	(7.654.963)		
Imobiliário	27.603.314		+10%	2.760.331	-25%	(6.900.828)		
Ações	3.183.999		+10%	318.400	-30%	(955.200)		
Impacto nos Capitais Próprios(*)	(*)			10.733.964		(15.510.991)		
Margem de Solvência				298%		196%		

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Em 2014 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se se seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

 Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Adoção da ferramenta utilizada pelo grupo para gerir este risco, tendo-se iniciado a respetiva paramentrização e de forma a substituir no próximo ano o atual aplicativo Registo de Perdas;
- Continuidade da atualização dos processos e respetivas matrizes de risco operacional, identificando as atividades, riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, tendo-se identificado melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução, status, severidade e impacto dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine. De forma a mitigar e ultrapassar as situações reportadas, efetuou-se um acompanhamento semanal às anomalias classificadas como graves e um relatório mensal detalhado sobre a evolução de todas as reportadas;
- Continuidade do modelo de gestão
 Anti-Fraude, implementado em 2012 e constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas

à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos:

interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações internas de sensibilização para o tema transversais à organização, bem como comunicações trimestrais sobre o tema através da intranet; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção tendo-se identificado novos controlos e alertas. Neste âmbito, deve-se também destacar a participação da VICTORIA nos projetos partilhados com a APS e mercado, denominados Ficheiro de Sinistros Automóvel e Registo de Sinistros Patrimoniais;

 Continuidade do projeto de atualização/ formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes. A destacar a atualização do plano de emergência de evacuação do edifício central e realização de um simulacro com o objetivo de testar a adequação e eficácia do mesmo.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

integrada na área de Gestão de Riscos visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor. Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2013:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias egais diretamente às áreas ou através de "Comunicação VICTORIA";
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Análise e resposta a questões relacionadas com a Conduta de Mercado;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;

Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2014	2013	
Caixa e equivalentes	9.822	13.605	
Depósitos à ordem	5.505.447	9.110.589	
	5.515.269	9.124.194	

(Un: Euros)

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 949.561 Euros (2013: 627.934 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto do Grupo ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 - Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de balanço	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2014	269.410	215.558	(41.564)	84
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2014	152.931	180.009	(41.898)	64
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2014	288.999	340.746	47.414	74
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2014	389.122	293.533	295	84
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2014	331.976	307.330	5.268	83
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2014	362.297	352.357	(25.451)	94
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2014	357.333	259.550	(63.919)	79
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2014	268.008	210.110	(34.999)	76
Av. Brasil 6 – Oeiras	2014	166.737	178.360	3.626	78
		2.586.813	2.337.553	(151.228)	
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2014	25.769.867	25.250.794	248.412	98
Rua Camilo Castelo Branco, 46 - Lisboa	2014	14.904.239	14.904.239	-	50
		40.674.106	40.155.033	248.412	
Total		43.260.919	42.492.586	97.184	

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios		Saldo inicial		Aquisições /	D	Alienações /	a ti	Saldo final
		Valor bruto	Amortiz. acum.	transf.	Reavaliações	transf.	Amortizações -	(valor líquido)
Uso próprio								
Terrenos		858.507	-	-	(172.434)	-	-	686.073
Edifícios		1.585.543	43.837	-	124.741	=	20.857	1.645.590
SI	ub-total	2.444.050	43.837	-	(47.693)	-	20.857	2.331.663
Rendimento								
Terrenos		7.300.433	-	3.726.060	(122.665)	-	-	10.903.828
Edifícios		17.873.475	-	11.178.179	199.551	-	-	29.251.205
SI	ub-total	25.173.908	-	14.904.239	76.886	-	-	40.155.033
	Total	27.617.958	43.837	14.904.239	29.193	-	20.857	42.486.696

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 - Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A 21 de dezembro de 2013 foi efetuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthcare International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.

A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria.

Por aplicação do método de equivalência patrimonial, verifica-se uma valorização no montante de 183.409 Euros (2013: 180.541 Euros).

NOTA 4 - Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

		2014		2013				
	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço		
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	4.931.385	230.889	5.162.274	15.626.460	(113.953)	15.512.507		
Títulos de Dívida	29.581.556	(257.766)	29.323.790	28.067.657	4.181	28.071.838		
Dívida Pública	158.447	(9.164)	149.283	71.059	(5.091)	65.968		
De Outros Emissores Públicos	7.982.691	(33.290)	7.949.401	10.387.738	(13.580)	10.374.158		
De Outros Emissores	21.364.775	(215.312)	21.149.463	17.544.129	22.852	17.566.981		
Juros a receber	75.643	-	75.643	64.731		64.731		
Total	34.512.941	(26.877)	34.486.064	43.694.117	(109.772)	43.584.345		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores		31-12-2014				31-12-2013					
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Bens Consumo, Cíclicas	4,1%	1.402.287	1.402.287			7,1%	3.103.257	3.103.257			
Bens Consumo, Não Cíclicas	4,9%	1.685.692	1.685.692			0,0%	0				
Industrial e Matérias Primas	9,6%	3.318.504	3.318.504			5,1%	2.217.755	2.217.755			
Comunicações e Tecnologias	2,0%	695.350	695.350								
Utilities	3,7%	1.269.125	1.269.126			5,7%	2.504.013	2.504.013			
Energia	4,3%	1.477.800	1.477.800			1,1%	497.224	497.224			
Serviços	0,0%					0,0%	11.180	11.180			
Financeiro	35,0%	12.067.991	12.067.991			21,6%	9.395.194	9.395.194			
Dívida Soberana	21,5%	7.407.041	7.407.041			23,8%	10.354.395	10.354.395			
Fundo Ações	0,5%	158.563	158.563			0,3%	144.312		144.312		
Fundo Imobiliário	4,8%	1.650.745	1.650.745			4,4%	1.901.725		1.901.725		
Fundo Obrigações	9,7%	3.352.966	3.352.966			30,9%	13.455.291		13.455.291		
Total Ge	eral 100%	34.486.064	34.486.065		0	100%	43.584.346	28.083.018	15.501.328	0	

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

								(00)	
•		20	014		2013				
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	
Instrumentos de capital e Unid Participação	15.514.919	(636.312)	89.329	14.967.936	37.184.108	(490.629)	32.746	36.726.225	
Títulos de Dívida	238.122.766	-	12.595.277	250.718.043	235.498.755		8.815.431	244.314.186	
Dívida Pública	73.427.546	=	6.216.614	79.644.160	80.548.317		4.024.739	84.573.056	
De Outros Emissores Públicos	46.942.726	-	1.766.047	48.708.773	41.985.014		790.081	42.775.095	
De Outros Emissores	115.278.885	-	4.612.616	119.891.501	110.235.705		4.000.611	114.236.316	
Juros a receber	2.473.609	-	-	2.473.609	2.729.719		-	2.729.719	
Total	253.637.685	(636.312)	12.684.606	265.685.979	272.682.863	(490.629)	8.848.177	281.040.411	

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Dos quais:

Setores		31-12-2014				31-12-2013				
Setores	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	2,1%	5.611.479	5.611.479		0	2,8%	8.008.838	8.008.838		-
Bens Consumo, Não Cíclicas	1,9%	4.937.705	4.937.705		0	0,7%	1.973.642	1.973.642		-
Industrial e Matérias Primas	5,3%	14.046.630	14.046.630		0	2,6%	7.370.394	7.370.394		-
Comunicações e Tecnologias	1,3%	3.488.915	3.488.915		0	24,1%	67.731.057	67.731.057		-
Utilities	1,4%	3.742.342	3.742.342		0	1,1%	3.177.675	3.177.675		-
Energia	0,9%	2.478.673	2.478.673		0	0,2%	497.224	497.224		-
Financeiro	31,6%	84.029.099	84.029.098		0	42,4%	119.272.510	119.272.510		-
Dívida Soberana	49,8%	132.383.199	132.383.199		0	13,6%	38.265.047	36.282.846	1.982.200	-
Fundo Imobiliário	0,5%	1.439.498	-	1.439.498	0	0,0%				-
Fundo Obrigações	5,1%	13.528.438	-	13.528.438	0	12,4%	34.744.025	-	34.744.025	-
Total Ger	al 100%	265.685.979	250.718.042	14.967.936	0	100%	281.040.412	244.314.186	36.726.225	-

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

O saldo desta conta é analisado como segue:

		(
	2014	2013
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	1.364.162	953.879
Juros a receber	72	210
Empréstimos concedidos	676.052	722.846
Empréstimos sobre apólices	604.045	649.985
Outros empréstimos	69.167	71.036
Juros a receber	2.840	1.825
Total	2.040.286	1.676.935

(Un: Euros)

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo caracter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 - Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2014 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros) Seguros de Vida Seguros de Vida Seguros de Vida **Seguros Acidentes** Outros com Participação sem Participação classificados com contrato Não Afetos Total de Trabalho **Seguros** Resultados nos Resultados de investimento 475.857 Caixa e equivalentes 325.917 1.195.913 101.464 2.394.752 1.021.366 5.515.269 Terrenos e edificios 648.020 25.560.794 16.298.739 42.507.553 Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos 3.183.409 3.183.409 Ativos financeiros detidos para negociação Ativos financeiros classificados no reconhecimento 34,486,064 34,486,064 inicial a justo valor por resultados 5.162.274 Instrumentos de Capital e Unid. Participação 5.162.274 Títulos de Dívida 29.323.790 29.323.790 26,606,400 52.438.851 132,760,022 45.146.816 8.733.890 265,685,979 Ativos disponíveis para venda 6.723.826 Instrumentos de Capital e Unid. Participação 1.835.139 4.002.261 2.339.004 67.706 14.967.936 Títulos de Dívida 24.771.261 48,436,590 130.421.018 38,422,990 8.666.184 250.718.043 Empréstimos concedidos e contas a receber 542.688 61.357 1.436.241 2.040.286 Depósitos a prazo 1.364.234 1.364.234 Empréstimos concedidos 542.688 61.357 72.007 676.052 TOTAL 26.932.317 54.282.784 158.964.968 47.541.568 35.568.787 30.128.136 353.418.560

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

Para o ano transato, a afetação dos investimentos é a seguinte

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	802.111	2.681.000	838.745	2.650.238	2.099.134	52.966	9.124.194
Terrenos e edificios		679.435	25.492.908			1.433.350	27.605.693
Ativos financeiros detidos para negociação						-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados					43.584.345	-	43.584.345
Instrumentos de Capital e Unid. Participação					15.512.507	-	15.512.507
Títulos de Dívida					28.071.838	-	28.071.838
Ativos disponíveis para venda	27.565.828	55.373.157	144.213.494	40.760.756		13.127.176	281.040.411
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	4.431.201	7.948.620	5.403.277	10.481.820		8.461.307	36.726.225
Títulos de Dívida	23.134.627	47.424.537	138.810.217	30.278.936		4.665.869	244.314.186
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	632.003	-	17.982	1.026.950	1.676.935
Depósitos a prazo						954.089	954.089
Empréstimos concedidos			632.003		17.982	72.861	722.846
TOTAL	28.367.939	58.733.592	171.177.150	43.410.994	45.701.461	15.640.442	363.031.578

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS	ROS ATIVOS Saldo Inicial	Saldo Inicial Aumentos		nentos	Transferências	Transferências Alianas as		ies do exercício	Saldo Final
TANGÍVEIS	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.852.634	(2.763.264)	4.591	-	-	(110.866)	(38.398)	107.056	51.753
Máquinas e ferramentas	351.677	(337.307)	-	-	=	(1.879)	(8.745)	1.879	5.625
Equipamento informático	2.795.204	(2.281.016)	108.506	-	-	(306.114)	(221.845)	306.114	400.849
Instalações interiores	801.740	(594.283)	-	-	-	(20.734)	(45.376)	13.095	154.442
Outro Equipamento	2.185.764	(2.027.102)	-	-	-	-	(96.694)	-	61.968
Sub-Total	8.987.019	(8.002.972)	113.097	-	-	(439.593)	(411.058)	428.144	674.637
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54.853	-	-	-	-	-	-	-	54.853
TOTAL	9.041.872	(8.002.972)	113.097	-	-	(439.593)	(411.058)	428.144	729.490

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 - Outros ativos intangíveis

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

OUTROS ATIVOS	Saldo Inicial		Aun	ientos	Transferências	Aliamanãos	Amortizaçõ	ies do exercício	Saldo Final
TANGÍVEIS	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	(valor líquido)
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	=	-	=	-	=
Despesas Aplicações Informáticas	18.920.738	(16.009.724)	373.806	-	820.838	(1.694)	(1.499.261)	1.694	2.606.397
Ativos intangíveis em curso	571.085	=	2.169.799	=	(820.838)	(80.631)	=	=	1.839.415
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	÷	÷	-	-	÷	-
TOTAL	20.729.607	(17.247.508)	2.543.605	-	-	(82.325)	(1.499.261)	1.694	4.445.812

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

			(Un: Euros)
		2014	2013
Tomadores de Seguros		10.487.143	11.837.359
Mediadores de Seguros		915.477	1.952.934
Co-Seguradores		54.875	46.097
Imparidade		(882.999)	(1.027.391)
	Sub-Total	10.574.496	12.808.999
Resseguradores e Ressegurados		2.884.208	2.480.526
	Sub-Total	2.884.208	2.480.526
Outros Devedores		4.876.709	3.618.160
Imparidade		(671.963)	(642.483)
	Sub-Total	4.204.746	2.975.677
	TOTAL	17.633.450	18.265.202

Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 882.999 (2013: Euros 1.027.391). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2014, uma vez que não se verificou nos testes efetuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pósemprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida -Plano Individual de Reforma, Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos servicos passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

		(Un: Euros)
_	2014	2013
Benefícios de pós emprego	1.605.760	1.771.137
Outros benefícios de longo prazo	(437.972)	(419.323)
_	1.167.788	1.351.814

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2014	2013
	Pensões	Pensões
Responsabilidades por benefícios	902.150	842.797
Justo valor dos ativos do fundo	891.316	842.797
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanco	(10.834)	_

(Un: Euros)

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafectação.

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de \le 68.356.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

	Número	Pensão Anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	10	11.668	1.167	69

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

(Un: Euros)

		2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total	
Responsabilidade por benefícios	288.775	1.520.927	1.809.702	270.669	1.342.116	1.710.155	
Justo valor dos ativos do fundo	2.115.108	873.215	2.988.323	2.078.985	885.615	3.044.470	
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	1.826.333	(647.712)	1.178.621	1.808.316	(456.501)	1.334.315	

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2014				2013	
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 01 de janeiro	270.669	1.342.116	1.612.785	287.210	1.422.945	1.710.155
Custo do serviço corrente	-	12.854	12.854	-	12.064	12.064
Custo de juros	9.298	46.103	55.401	9.653	47.825	57.478
(Ganhos) e perdas atuariais	20.476	141.176	161.652	(14.477)	(53.797)	(68.274)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	29.908	29.908	-	(35.691)	(35.691)
Benefícios pagos	(11.668)	(51.230)	(62.898)	(11.717)	(51.230)	(62.947)
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 01 de janeiro	288.775	1.520.927	1.809.702	270.669	1.342.116	1.612.785

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. A responsabilidade ascende a Euros 1.857.082 (2013: Euros 1.930.907).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

		2014			2013		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total	
Ativos do plano em 1 de janeiro	2.078.985	885.615	2.964.600	2.107.404	937.066	3.044.470	
Retorno esperado dos ativos	1.247	(8.325)	(7.078)	843	(8.996)	(8.153)	
Ganhos e (perdas) atuariais	46.545	47.155	93.700	(17.545)	8.775	(8.770)	
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	
Beneficios pagos	(11.669)	(51.230)	(62.899)	(11.717)	(51.230)	(62.947)	
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-	
Ativos do plano em 31 de dezembro	2.115.108	873.215	2.988.323	2.078.985	885.615	2.964.600	

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

		2014			2013	
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	12.854	12.854	-	12.064	12.064
Custo de juros	9.298	46.103	55.401	9.653	47.825	57.478
Retorno esperado dos ativos	(1.247)	8.325	7.078	(843)	8.996	8.153
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	(35.691)	(35.691)
Ganhos e perdas atuariais	-	(8.610)	-	-	(30.423)	(30.423)
Total do custo do ano	8.051	58.672	66.723	8.810	2.771	11.581

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

(Un: Euros)

	2014		20	13
Fundos de Investimento Imobiliários	1,35%	40.734	1,61%	46.938
Fundos de Investimento em Ações	1,92%	57.703	0,89%	25.935
Ações	-	-	0,99%	29.068
Fundos de Investimento em Obrigações	10,82%	325.221	10,41%	304.057
Obrigações de Taxa Variável	26,63%	800.503	6,57%	191.868
Obrigações de Taxa Fixa	49,21%	1.479.350	76,30%	2.229.375
Mercado Monetário	10,08%	302.913	3,24%	94.541
TOTAL	100,00%	3.006.424	100,00%	2.921.782

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 47.792. Os ganhos e perdas atuariais em 2014 e 2013 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

	2014			2013			
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total	
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	(64.769)	(52.533)	(117.302)	(61.701)	(84.682)	(146.383)	
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	(20.476)	(179.692)	(200.168)	14.477	23.374	37.851	
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	46.545	47.155	93.700	(17.545)	8.775	(8.770)	
Redução por Alteração CCT	-	-	-	-	-	-	
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(38.700)	(185.070)	(223.770)	(64.769)	(52.533)	(117.302)	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2014	2013
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1,8%	3,435%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2014	2013	2012	2011	2010
Responsabilidades por benefícios	1.809.702	1.162.785	1.710.155	1.556.778	2.316.613
Justo valor dos ativos do fundo	2.988.323	2.964.600	3.044.470	1.191.930	3.738.657
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.178.621	1.351.815	1.334.315	(364.848)	1.422.044

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 - Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Ativ	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Investimentos financeiros	238	102.372	497.820	256.342	(497.582)	(156.531)	
Benefícios a empregados	98.543	223.435	-	-	98.543	223.435	
Provisões	876.230	990.839	=	-	876.230	990.839	
Imóveis	56.996	50.277	11.551	5.760	45.446	44.516	
Outros passivos	204.269	249.128	-	-	204.269	249.128	
Prejuízos fiscais	252.252	11.014	-	-	252.252	11.014	
Impostos diferidos ativos / (passivos)	1.488.529	1.627.065	509.371	262.102	979.158	1.362.402	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

		2014		2013			
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido nos resultados	Reconhecido nas reservas	Total	
Investimentos Financeiros	(65.647)	(284.949)	(350.597)	7.549	387.539	395.088	
Benefícios a empregados	(124.892)	-	(124.892)	138.310	-	138.310	
Provisões	(114.609)	-	(114.609)	17.921	-	17.921	
Imóveis	7.674	(6.745)	929	(4.104)	470	(3.634)	
Outros Passivos	(49.191)	-	(49.191)	(61.496)	-	(61.496)	
Prejuízos Fiscais	241.239	-	241.239	1.568.119	-	1.568.119	
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	(105.427)	(291.694)	(397.121)	1.666.299	388.009	2.054.308	

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência a proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

Excercício	Data limite	Resultado Fiscal
2008	2014	(3.080.679)
2009	2015	(390.278)
2010	2014	(8.832.609)
2011	2016	(12.242.946)
2012	2017	(1.296.661)
2013	2018	(5.989.620)
Total		(31.830.794)

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

(Un: Euros)

		2014	2013
Imposto corrente		(113.560)	(444.326)
Imposto diferido		(105.427)	1.666.299
	Total do imposto reconhecido em reservas	(218.987)	1.221.973

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2014	2013	Variação
Imposto Corrente	(2.513.081)	(1.768.410)	(744.670)
Investimentos Financeiro	(2.456.278)	(1.732.223)	(724.054)
Imóveis	(56.803)	(36.187)	(20.616)
Imposto Diferido	(553.796)	(262.102)	(291.694)
Investimentos Financeiro	(541.292)	(256.342)	(284.949)
Terrenos e edifícios	(12.504)	(5.760)	(6.745)
Total imposto reconhecido reservas	(3.066.877)	(2.030.512)	(1.036.364)

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	2014	2013
RESULTADO ANTES IMPOSTO	570.623	(6.033.084)
Taxa Imposto	24,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	(139.803)	1.598.767
Imposto Diferido Ativo - utilização/recuperação	313.323	1.568.119
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(133.969)	(13.307)
Imparidade por impostos diferidos	0	(1.723.773)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	47.538	2.008
Beneficios fiscais e Rendimento Art.º46	8.289	0
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	(314.366)	(209.841)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(218.987)	1.221.973

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 - Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2014	Valor do balanço 2013
Provisões técnicas de seguro direto	266.628.034	4.133.903	262.494.131	272.233.229
Provisão matemática	171.800.022	2.087.258	169.712.764	172.138.019
Provisão para prémios não adquiridos	18.142.592	2.046.645	16.095.947	17.471.747
Provisão para sinistros	57.634.117	-	57.634.117	61.218.105
Provisão participação resultados	5.811.374	-	5.811.374	6.627.485
Provisão para compromissos taxa	4.558.394	-	4.558.394	2.960.725
Provisão para desvios de sinistralidade	4.760.835	-	4.760.835	4.559.379
Outras provisões técnicas	3.920.700	-	3.920.700	7.257.769
Provisões técnicas de resseguro cedido	12.686.716		12.686.716	14.565.745
Provisão para prémios não adquiridos	4.724.944	-	4.724.944	6.465.748
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	7.961.772	-	7.961.772	8.099.997
Provisão participação resultados	-	-	-	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros) 2014 Provisão Matemática 2013 Seguros de Vida Contratos c/ Part Resultados 22.873 27.981 Carteira Antiga Carteira Nova 90.890.225 101.267.122 Individual Produtos Financeiros Individuais 14.713.980 8.047.457 Rendas Individual 263.515 271.434 6.552.590 7.184.584 Rendas Grupo Grupo Tradicionais 4.073.289 4.229.217 Produtos Financeiros Grupo 28.151.261 25.402.508 Contratos s/ Part Resultados 291 439 Carteira Antiga Rendas Individual 1.943.147 1.836.183 Rendas Grupo 19.443.560 19.503.221 Risco Seguro ligados a Fundos de Investimento 3.658.033 4.367.873 TOTAL 169.712.764 172.138.019

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

De acordo com a política contabilística do Grupo, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.658.033 (2013: Euros 4.367.873) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

			(011. Eu103)
		2014	2013
Seguros de Vida		1.589.731	460.967
Seguro ligados a Fundos de Investimento		2.968.663	2.499.758
	TOTAL	4.558.394	2.960.725

O teste é efetuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados com taxas retiradas da curva de taxas de juro ajustada à composição dos títulos em carteira.

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Modalidade Tábua de Mortalidade	
Seguros de rendas		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens) M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres),	2%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
eguros de capitais		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	
Mistos	AF	3,5
	PM 60/64	
	GKM80	2,7
	GKM80	
Temporários	PM 46/49	3,
	PM 60/64	
Temporário Anual Renovável	n.a.	1
PPR Valorização		
Valor Mais PPR		3,
Garantia Valor PPR/E		0,4
PPR/E Ações Maximização		1
Confiança PPR		2,7
PPR Novo Valor		3,
Investimento Seguro		
Garantia Rendimento		0,4
Investimento Programado		2

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

Seguro de Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efetuados ajustamentos aos pressupostos atuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM 80, conforme relatório do atuário responsável.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.976.965 Euros (2013: 3.464.241 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 1.675.635 Euros (2013: 1.227.932 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-12-2013 (1)	Custos com sinistros ⁽¹⁾ Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros ⁽¹⁾ em 31-12-2014 (3)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores (3)+(2)-(1)
Vida	7.094.431	2.382.931	4.350.641	360.859
Acidentes e doença	32.984.995	9.832.790	21.771.187	(1.381.018)
Incêndio e outros danos	5.820.936	3.085.321	1.545.262	(1.190.353)
Automóvel				
- Responsabilidade civil	11.061.869	3.500.987	7.014.667	(542.215)
- Outras coberturas	1.230.338	752.404	264.216	(213.718)
Marítimo, aéreo e transportes	1.971.873	1.157.481	392.421	(421.971)
Responsabilidade civil geral	661.637	214.477	309.194	(137.966)
Crédito e caução	392.026	3.174	324.856	(63.996)
Proteção jurídica		-	-	-
Assistência	-	-		-
Diversos	-	1.858	-	1.858
Total	61.218.105	20.931.423	39.972.444	(3.577.821)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2014, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 17.688.096 (Euros 2013: 18.302.915 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

Tábua de mortalidade
Taxa de desconto
Encargos de gestão
To 88/90
5,25%

Pensões em pagamento:

Tábua de mortalidade
Taxa de desconto
Encargos de gestão
Z%

II. Provisão para Participação nos Resultados do Ramo VIda

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;

Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos investimentos ascende a 970.605 Euros (2013: 1.305.978 Euros). A percentagem a atribuir por

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2011 a 2013).

Para o exercício de 2013, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	1.618	0%	-
Carteira Nova			
Individual	7.466.196	13%	970.605
Rendas Individual	28.672	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	6.251	0%	-
PPR Confiança	287	0%	-
Rendas Grupo	451.771	0%	=
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	444.117	0%	-
Grupo Tradicionais	288.229	0%	=
VICTORIA Vantagem Investimento	1.996.181	0%	-
Tota	10.683.322		970.605

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2014, é a seguinte:

(Un: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
Participação nos resultados atribulda	Saldo Inicial	Atribuida	Pagamentos	Aumento benefícios	Saldo Ilhai
Carteira Antiga	47.416	295	1.818	-	45.893
Carteira Nova					
Individual	1.992.623	371.456	753.070	55.352	1.555.657
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	=	-	=	=	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	=	-
Grupo Tradicionais	2.941.596	1.600.379	1.706.695	-	2.835.280
VICTORIA Vantagem Investimento	68.105	131.646	3.518	60.121	136.112
Total	5.310.578	2.103.776	2.465.101	115.473	4.833.780

iii. Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

iv. Outras Provisões Técnicas

Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 14 - Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	45.315.342	386.119	45.701.461
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.252.209	11.585	1.263.794
Montantes pagos	10.711.512	12.122	10.723.634
Rendimento (gastos)	2.702.211	27.967	2.730.178
Encargos de Gestão	532.078	9.514	541.592
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(2.855.360)	(6.060)	(2.861.420)
Valor final	35.170.812	397.975	35.568.787

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 - Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

		(OII. I	
		2014	2013
Tomadores de Seguros		4.578.169	4.347.558
Mediadores de Seguros		501.048	658.800
Co-Seguradoras		110.805	125.399
	Sub-total	5.190.022	5.131.757
Resseguradores		1.558.140	1.369.326
Outros Credores		2.585.834	2.100.718
	TOTAL	9.333.996	8.601.801

(Un: Furos)

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.907.471 (2013: Euros 2.620.009) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 - Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

		(
		2014	2013
Rendas e Alugueres		77.713	31.597
Outros acréscimos e diferimentos		232.241	246.234
	Total	309.954	277.831

(Un: Euros)

(Un: Euros)

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(6.1. 24.03)		
	2014	2013	
Férias e subsídio de férias	1.430.905	1.541.371	
Outros encargos com pessoal	277.357	2.183.044	
Incentivos Comerciais	1.362.273	1.351.007	
Rendas e alugueres	252.200	233.705	
Outros acréscimos e diferimentos	1.610.850	2.398.932	
Total	4.933.585	7.708.059	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 17 - Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Societé Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Societé Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A..

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

		Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros		8.848.177	5.574.529	(1.738.100)	12.684.606
Instrumentos de capital e Unid Participação		32.746	86.203	(29.620)	89.329
Títulos de Dívida		8.815.431	5.488.326	(1.708.480)	12.595.277
Dívida Pública		4.024.739	3.148.370	(956.495)	6.216.614
De Outros Emissores Públicos		790.081	1.057.614	(81.648)	1.766.047
De Outros Emissores		4.000.611	1.282.342	(670.337)	4.612.616
Terrenos e Edificios		200.853	104.163	-	305.016
	Total	9.049.030	5.678.692	(1.738.100)	12.989.622
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")		(1.305.979)	335.373	-	(970.606)
	Total	7.743.051	6.014.065	(1.738.100)	12.019.016

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 18 - Transações entre partes realcionadas

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de dezembro de 2011.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite	-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	15.420.349	(1.273)	-
Total dos Proveitos	15.420.349	(1.273)	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg	5.111.813	926	
Custos com sinistros	10.748.506	19.979	-
Variação Provisões Técnicas			
Outros Gastos Gerais e Administrativos	=	=	226.752
Total dos Custos	15.860.319	20.905	226.752
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014	(439.970)	(22.178)	(226.752)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2013	1.327.308	(9.277)	(234.629)
BALANÇO	SMABTP	ASEFA	SMAvie BTP
Ativo			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido			
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.800.278	96.186	-
Total do Ativo	1.800.278	96.186	
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	1.055		
Outros Credores por operações de seguro e outras	-	-	-
Total do Passivo	1.055	+	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2014	1.799.223	96.186	-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

V – NOTAS AO BALANÇO

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVieBTP, esta desenvolve a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 19 - Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2015	253.803
2016	106.565
2017	31.479
2018	14.551
Total	406.398

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

			(Un: Euros)
Natureza da Garantia		2014	2013
Avales, fianças e outras garantias de crédito			
Hospital S. José		1.903	1.903
Direção Geral Contribuições e Impostos		282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto		5.756	5.756
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social			20.717
	TOTAL	290.233	310.950

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 26.966.788 (2013: Euros 25.265.078), dos quais Euros 2.364.214 (2013: Euros 2.686.271) têm taxa garantida.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 - Prémios de Contratos de Seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2014	2013
Relativos a contratos individuais	30.433.259	28.195.748
Relativos a contratos de grupo	12.940.933	10.210.539
	43.374.192	38.406.287
Periódicos	21.587.261	21.907.620
Não Periódicos	21.786.931	16.498.667
	43.374.192	38.406.287
De contratos sem participação nos resultados	7.537.774	3.830.088
De contratos com participação nos resultados	35.836.418	34.576.199
	43.374.192	38.406.287
Saldo de resseguro	(219.958)	(520.530)

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

2014	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	37.897.491	38.218.805	28.790.543	9.305.121	(2.162.534)
Incêndio e outros danos	15.721.804	16.411.036	10.401.240	4.982.050	(2.419.661)
Automóvel					
Responsabilidade civil	9.240.941	9.739.421	6.317.279	2.923.594	(1.140.550)
Outras coberturas	3.846.889	4.020.088	2.737.190	1.570.087	(83.412)
Marítimo, aéreo e transportes	5.521.187	5.517.483	4.323.511	1.480.437	441.083
Responsabilidade civil geral	1.618.734	1.494.697	188.107	942.884	(419.334)
Crédito e caução	151.943	152.969	(37.274)	25.944	(77.239)
Proteção jurídica					
Assistência					
Diversos	4.814	2.715	2.282	7.550	(594)
Sub-total	74.003.803	75.557.214	52.722.878	21.237.667	(5.862.241)
Resseguro aceite	28.347	27.447	1.942	16.813	(5.105)
Total	74.032.150	75.584.661	57.724.820	21.254.480	(5.867.346)

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2014 e 2013 pode ser analisada do seguinte modo:

2013	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	40.104.180	40.757.336	31.615.118	12.142.563	(572.209)
Incêndio e outros danos	17.208.052	17.878.886	9.599.786	5.332.590	(4.583.135)
Automóvel	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil	11.096.245	11.567.744	6.421.765	3.706.855	(1.570.190)
Outras coberturas	4.560.802	4.809.696	3.130.840	1.654.990	(91.289)
Marítimo, aéreo e transportes	5.110.808	5.070.445	2.668.616	1.387.483	(644.867)
Responsabilidade civil geral	1.196.231	1.020.260	382.163	708.371	(269.184)
Crédito e caução	194.887	216.308	(193.994)	25.662	(73.557)
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	=	=	-	-	=
Diversos	1.530	628	-	7.322	(13)
Sub-total	79.472.735	81.321.303	53.624.294	24.965.835	(7.804.444)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total	79.472.735	81.321.303	53.624.294	24.965.835	(7.804.444)

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

		(Un: Euros)
	2014	2013
Encargos de subscrição	14.867	19.313
Comissão de gestão	542.016	683.498
	556.883	702.811

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 22 - Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2014 e 2013 são analisados como segue:

				(On: Euros)
	Montantes pagos			
2014	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Ramo Vida	38.479.633	616.347	(252.735)	38.843.245
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	30.416.453	1.183.544	(2.864.797)	28.735.200
Incêndio e outros danos	10.258.564	727.277	(616.667)	10.369.174
Automóvel				
Responsabilidade civil	6.592.225	588.017	(890.459)	6.289.783

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

		N	Iontantes pagos			
2014	•	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)	
Outras coberturas		2.696.141	242.482	(212.772)	2.275.851	
Marítimo, aéreo e transportes		2.482.371	176.650	1.656.230	4.315.251	
Responsabilidade civil geral		234.511	18.719	(65.998)	187.232	
Crédito e caução		10.764	1.185	(49.278)	(37.329)	
Proteção jurídica		-	-	-	=	
Assistência		-	-	-		
Diversos		1.858	405	-	2.263	
Su	ub-total	52.692.887	2.938.279	(3.043.741)	52.587.425	
Resseguro aceite		-	-	-	=	
	Total	91.172.520	3.554.626	(3.296.476)	91.430.670	

	Montantes pagos		Variação da provisão para	Custos com sinistros	
2013	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)	sinistros (3)	(4)=(1)+(2)+(3)	
Ramo Vida	36.966.740	344.961	(477.205)	36.834.496	
Ramo Não Vida					
Acidentes e doença	30.340.488	1.159.588	115.043	31.615.119	
Incêndio e outros danos	10.596.979	723.908	(1.721.101)	9.599.786	
Automóvel					
Responsabilidade civil	7.469.830	528.003	(1.576.068)	6.421.765	
Outras coberturas	3.450.960	248.721	(568.841)	3.130.840	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

		M	lontantes pagos	Variação da provisão para	Custos com sinistros	
2013		Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)	sinistros (3)	(4)=(1)+(2)+(3)	
Marítimo, aéreo e transportes		2.158.004	141.562	369.050	2.668.616	
Responsabilidade civil geral		205.867	12.737	163.558	382.162	
Crédito e caução		306	2.848	(197.148)	(193.994)	
Proteção jurídica		-	-	-		
Assistência		-	-	-		
Diversos		-	-	-	-	
	Sub-total	54.222.434	2.817.367	(3.415.507)	53.624.294	
Resseguro aceite		-	÷.	-		
	Total	91.189.174	3.162.328	(3.892.712)	90.458.790	

NOTA 23 - Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2014	2013
Terrenos e edifícios	2.120.806	1.902.375
Ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	273.400	241.567
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	1.512	419
Títulos de Dívida	271.888	241.148
Ativos disponíveis para venda	4.687.689	5.511.920
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	22.952	23.797
Títulos de Dívida	4.664.737	5.488.123
Empréstimos concedidos e contas a receber	22.056	31.757
Depósitos	6.080	7.687
Empréstimos concedidos	15.976	24.070
Total	7.103.951	7.687.619

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 24 - Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 25 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos ativos disponíveis para venda e é analisada como segue:

(Un: Euros) 2014 2013 Ativos disponíveis para venda Instrumentos de Capital e Unidade de Participação 67.618 574.118 Títulos de Dívida 2.758.761 1.077.185 Sub-total 2.826.379 1.651.303 Terrenos e edifícios (74.968) Total 2.751.411 1.651.303

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas

O saldo registado nesta conta é como segue:

				(Un: Euros)
	20	14	20	13
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(15.106)	123.313	19.594	50.521
Instrumentos de Capital e Unid Participação	23.966	(230.888)	23.099	52.857
Títulos de Dívida	(39.072)	354.201	(3.505)	(2.336)
TOTAL	(15.106)	123.313	19.594	50.521

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

-	2014	2013
Gastos em passivos	(2.811.284)	(2.234.065)
Ganhos em passivos	81.106	81.630
TOTAL Ganho / (Gasto)	(2.730.178)	(2.152.435)

(Un: Euros)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 27 - Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

As imparidades registadas em 2014 no montante de Euros 145.683 (2013: Euros 207.461) respeitam a ativos, classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários.

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 28 - Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros) 2014 2013 2014 2013 Outros gastos técnicos Outros rendimentos técnicos 2.240 1.096 Por gestão Co-Seguro Por gestão Co-Seguro 220,509 164.063 Por gestão Fundos de Pensões 225.766 Por gestão Fundos de Pensões 171.513 Por outros 528 25 Por outros 48.751 57.135 Sub-total 221.037 225.791 Sub-total 215.054 229,744 (5.983) 3.953

NOTA 29 - Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	3.588.991	273.216	191.413	1.543	3.669.251

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 30 - Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

2014 2013 2014 2013 Gastos e perdas não correntes Rendimentos e ganhos não correntes 1.400 194.528 62.219 Donativos Restituição impostos 234 4.678 161.095 Multas e penalidades Outros rendimentos e ganhos 398.436 Quotizações diversas 620 Outros gastos e perdas 128.221 108.103 Gastos e perdas financeiras Rendimentos e ganhos financeiros Juros suportados 8.164 Juros obtidos 8.546 2.590 Outros gastos e perdas 55.910 73.891 Outros rendimentos e ganhos 84.512 33.988 Ajustamentos Ajustamentos 20.631 165.023 De recibos por cobrar 63.541 De recibos por cobrar 26.467 De créditos de cobrança duvidosa 227.463 87.510 De créditos de cobrança duv. 92.080 38.889 (1.078.577) Perdas em ativos tangíveis Outros (928.644) Sub-total Sub-total 534.723 377.192 (314.940)(554.877) TOTAL (849.663) (932.069)

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 31 - Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2014	2013
Despesas com Pessoal	12.322.626	15.378.222
Fornecimento e Serviços Externos	6.938.644	7.712.335
Impostos e Taxas	442.799	253.857
Amortizações do Exercício	1.678.594	1.739.523
Juros Suportados	47	-
Comissões	329.224	344.072
Total	21.711.934	25.428.009

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 76.000 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 42.200 Euros

- RELATÓRIO
- **INFORMAÇÃO FINANCEIRA**
- RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un: Euros)

			2014		2013					
		Rar	no Vida	Ramos Não Vida	Ran	Ramos Não Vida				
		Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro			
Custos com sinistros		616.348		2.938.279	344.961		2.817.367			
Custos de exploração		5.884.557	377.882	10.682.861	7.039.615	478.224	13.885.376			
Custos de aquisição		1.624.449	96.572	4.461.520	1.862.021	126.493	6.113.181			
Custos administrativos		4.260.108	281.310	6.221.341	5.177.594	351.731	7.772.195			
Custos com investimentos		682.019	43.998	209.140	361.002	24.524	235.180			
Custos Gestão Fundos de Pensões		276.850	-	-	241.760					
	Sub-total	7.459.774	421.880	13.830.280	7.987.338	502.748	16.937.923			
	Total imputado			21.711.934			25.428.009			

NOTA 32 - Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração não remunerado, ao seu serviço em média 301 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções		Nº Médio de Empregados 2014	Nº Médio de Empregados 2013
Quadros superiores		39	41
Quadros médios		25	28
Profissionais altamente qualificados		65	68
Profissionals qualificados		149	178
Profissionals semi – qualificados		-	-
Estagiários e aprendizes		-	-
	Total	278	315

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisados como segue:

		(0111 24103)
Rubricas	2014	2013
Remunerações		
dos órgãos sociais	9.500	10.333
do pessoal	9.485.635	9.837.479
Encargos sobre remunerações	2.231.582	2.334.171
Benefícios pós-emprego	-	-
Planos de contribuição definida	79.190	63.274
Planos de benefício definido	9.198	10.262
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	57.525	1.319
Benefícios de cessação de emprego	(3.794)	2.656.599
Seguros obrigatórios	217.157	256.991
Gastos de ação social	85.978	75.658
Outros gastos com pessoal	150.655	132.136
Total de custos com pessoal	12.322.626	15.378.222

(Un: Furos)

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(Un: Euros)

	Ó		NO elementes	Valor Total Remuneração			
	Órgãos		Nº elementos —	Victoria Vida	Victoria Seguros		
Conselho Executivo			2	175.867	172.356		
Diretores			8	427.576	419.963		
Responsáveis			14	82.381	838.761		
		Total	25	685.824	1.431.080		

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos de negociacão

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos

internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, e as normas recentemente emitidas mas cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2014 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 33. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

NOTA 33 — Novas Normas e Interpretações

NOTA 33.1—Revisões, alterações e melhorias nas normas

e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa/grupo.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa. NOTA 33.2— Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas".

Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

NOTA 33.3— Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2015 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

Endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de

satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

 Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL).
 No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumentos é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL . Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser

- designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL . No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de redimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 Locações .
- Geralmente, as entidades são obrigados a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

• A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posicões líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando

a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os items em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser

consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas. Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva. IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de ínterim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez. Aplicação retrospetiva.

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações Financeiras da empresa/grupo.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor	Valor de balanço			
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	95,95		95.952	111	111.000	2426,00	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,37		198.733	111	221.720	5485,00	3,850%
PTOTELOE0010	O.T. OUT TF 07/17		27.000	103,44		27.929	109	29.500	245,00	4,350%
PTOTE3OE0017	O.T. OUT TF 10/15		3.000	98,32		2.950	102	3.070	21,00	3,350%
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	54,81		15.732	88	25.257	571,00	4,000%
	sub-total		358.701			341.296		390.547	8748,00	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos		358.701			341.296		390.547	8747,67	
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	0,00		-	-	-	0,00	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	0,00		-	-	-	0,00	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,11		1.001.099	116	1.164.250	39356,00	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	0,00		-	-	-	0,00	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	0,00		-	-	-	0,00	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	0,00		-	-	-	0,00	
913012886001	SOMEC 92/97		150	0,00		-	-	-	0,00	
913012886002	SOMEC 94/99		349	0,00		-	-	-	0,00	
	sub-total		1.001.222			1.001.099		1.164.250	39356,00	
	sub-total		1.359.923			1.342.395		1.554.797	48104,00	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	-				-		-	0,00	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-	0,00	

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de l	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.485.953	3	2.321.159		
	sub-total	683.800				2.485.953		2.321.159	0,00	
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-								
	sub-total	683.800	1.359.923			2.485.953	-	2.321.159	0,00	
	total	683.800	1.359.923			3.828.348		3.875.956	48104,00	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	99,12		1.675.058	106	1.785.908	14145,00	3,250%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	99,26		2.977.726	106	3.192.450	104318,00	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,00		3.029.898	112	3.348.600	51896,00	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	103,13		309.377	117	349.950	5622,00	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,44		984.429	112	1.124.150	7274,00	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,33		303.989	114	343.365	7418,00	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	128,29		1.026.304	152	1.212.400	49452,00	6,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	100,06		1.300.741	100	1.303.510	23008,00	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	100,43		1.606.942	102	1.630.560	24986,00	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	101,08		1.111.893	105	1.150.655	17178,00	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	101,32		303.967	107	320.475	4997,00	3,750%
	sub-total	683.800	1.359.923			2.485.953	-	2.321.159	0,00	
	total	683.800	1.359.923			3.828.348		3.875.956	48104,00	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	99,12		1.675.058	106	1.785.908	14145,00	3,250%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	99,26		2.977.726	106	3.192.450	104318,00	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,00		3.029.898	112	3.348.600	51896,00	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	103,13		309.377	117	349.950	5622,00	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,44		984.429	112	1.124.150	7274,00	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,33		303.989	114	343.365	7418,00	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	128,29		1.026.304	152	1.212.400	49452,00	6,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	100,06		1.300.741	100	1.303.510	23008,00	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	100,43		1.606.942	102	1.630.560	24986,00	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	101,08		1.111.893	105	1.150.655	17178,00	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	101,32		303.967	107	320.475	4997,00	3,750%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	97,33		194.660	114	228.990	3123,00	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	102,78		5.138.980	111	5.561.500	93699,00	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	102,82		205.645	113	225.520	3748,00	4,500%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,09		200.172	101	202.230	263,00	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,78		1.511.629	116	1.735.200	19890,00	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	107,60		645.579	111	663.240	6816,00	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	105,96		953.623	120	1.079.505	22438,00	3,500%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		2.700.000	102,27		2.761.423	102	2.764.665	14869,00	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	98,76		987.641	104	1.038.550	22171,00	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,15		2.326.475	121	2.778.745	58839,00	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	102,54		1.025.439	113	1.128.050	27288,00	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,03		606.169	117	701.670	14326,00	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	137,31		686.549	164	821.075	28993,00	8,500%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,88		2.996.455	101	3.031.650	71630,00	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	110,37		2.317.742	131	2.750.580	16383,00	4,250%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	97,33		194.660	114	228.990	3123,00	3,750%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor	Valor de balanço			
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	102,78		5.138.980	111	5.561.500	93699,00	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	102,82		205.645	113	225.520	3748,00	4,500%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,09		200.172	101	202.230	263,00	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,78		1.511.629	116	1.735.200	19890,00	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	107,60		645.579	111	663.240	6816,00	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	105,96		953.623	120	1.079.505	22438,00	3,500%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		2.700.000	102,27		2.761.423	102	2.764.665	14869,00	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	98,76		987.641	104	1.038.550	22171,00	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,15		2.326.475	121	2.778.745	58839,00	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	102,54		1.025.439	113	1.128.050	27288,00	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,03		606.169	117	701.670	14326,00	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	137,31		686.549	164	821.075	28993,00	8,500%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,88		2.996.455	101	3.031.650	71630,00	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	110,37		2.317.742	131	2.750.580	16383,00	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	106,08		392.504	115	425.870	5575,00	2,500%
GRR00000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		3	1	4.712	0,00	0,000%
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	105,20		3.103.362	106	3.123.460	95548,00	4,600%
DE000NRW100	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	108,81		544.061	127	635.525	14743,00	4,375%
NL000002283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,29		2.908.541	106	3.078.495	53710,00	4,000%
N0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	109,91		6.814.612	126	7.800.220	222945,00	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	102,84		308.527	118	354.975	4862,00	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	102,81		308.439	119	357.270	4514,00	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,41		994.121	125	1.245.340	42781,00	4,500%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,03		400.134	120	480.860	7223,00	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,70		2.492.582	121	3.025.750	25651,00	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	106,33		1.063.254	107	1.068.500	11726,00	4,000%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	112,17		5.047.554	123	5.541.300	114750,00	3,650%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	115	57.550	753,00	3,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	118	59.163	810,00	4,000%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	113,91		455.623	116	464.720	5918,00	3,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	119,37		2.029.287	117	1.992.060	21130,00	1,500%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	114,53		229.050	117	233.740	4808,00	3,375%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	121,08		1.210.845	120	1.203.163	8342,00	1,600%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	104,35		1.774.027	106	1.800.189	1882,00	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	116,67		700.023	117	701.953	3692,00	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	128,58		1.671.506	132	1.715.718	11209,00	1,850%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	112,42		112.424	113	112.805	2729,00	4,000%
FR0011486067	FRANCE OAT TF 12/23		1.400.000	103,81		1.453.344	109	1.526.700	14767,00	1,750%
FR0118462128	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/15		1.900.000	100,78		1.914.801	101	1.919.665	17907,00	2,000%
	sub-total		70.140.000			73.221.279		79.402.896	1412745,00	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos		70.140.000			73.221.279		79.402.896	1412745,03	
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	100,39		301.156	101	303.180	7419,00	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	101,20		303.590	105	313.947	7419,00	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,58		2.564.507	120	2.991.875	17209,00	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	103,22		1.032.212	121	1.207.900	28993,00	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	105,13		946.189	127	1.138.950	7228,00	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,13		1.100.330	115	1.271.461	24557,00	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,52		398.093	105	418.304	2082,00	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.964	101	502.830	366,00	0,382%
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,99		599.968	100	601.608	133,00	0,362%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	102,39		307.161	109	327.693	9152,00	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,93		1.698.799	100	1.704.420	623,00	0,159%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,92		1.199.099	101	1.208.088	459,00	0,215%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	102,73		205.457	113	225.750	7149,00	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.600.000	99,98		1.599.618	100	1.603.088	418,00	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	100,07		2.401.614	101	2.412.096	1191,00	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,92		1.598.698	101	1.617.408	387,00	0,512%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	112,97		2.824.155	127	3.171.400	63527,00	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,99		1.399.858	103	1.436.750	376,00	0,806%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	100	2.205.170	387,00	0,111%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	105	104.576	521,00	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		600.000	100,00		600.000	101	603.396	439,00	0,382%
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	98	20.154	232,00	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	99	92.997	567,00	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.403.640	513,00	0,159%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		500.000	99,94		499.680	101	503.370	191,00	0,215%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.000.000	99,96		999.600	100	1.001.930	262,00	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	101	1.306.552	645,00	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	101	707.616	169,00	0,512%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	99,65		2.989.437	100	3.007.050	527,00	0,111%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,62		5.080.982	102	5.084.950	4941,00	0,462%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	108,26		757.814	115	801.822	15486,00	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.523	105	104.576	521,00	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.964	101	502.830	366,00	0,382%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,93		2.997.875	100	3.007.800	1100,00	0,159%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.000.000	99,92		999.249	101	1.006.740	382,00	0,215%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		2.700.000	99,98		2.699.356	100	2.705.211	706,00	0,181%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	99,98		3.899.191	101	3.919.656	1935,00	0,232%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,92		2.997.559	101	3.032.640	726,00	0,512%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	101,43		3.042.795	103	3.078.750	806,00	0,806%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	Identificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de l	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	sub-total		54.320.000			54.940.338		56.658.174	210110,00	
	2.2.1.3 - De outros emissores		54.320.000			54.940.338		56.658.174	210109,75	
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	100,00		599.999	100	600.666	250,00	0,310%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		2.100.000	99,98		2.099.533	100	2.098.530	230,00	0,282%
XS1075790367	ALD INTERNATIONAL 14/15		300.000	99,97		299.911	100	300.525	128,00	0,732%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	100,00		399.993	100	401.616	134,00	0,633%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,52		895.679	97	868.545	22038,00	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.918	101	302.835	7983,00	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,32		297.951	114	341.118	8438,00	2,950%
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		2.100.000	102,29		2.148.023	102	2.151.030	13844,00	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	99,32		2.979.693	102	3.061.500	24144,00	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,03		1.600.504	118	1.889.360	46992,00	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,66		199.318	130	260.020	5362,00	4,750%
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		400.000	99,97		399.868	100	400.308	225,00	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000	99,83		399.303	100	398.284	3403,00	1,500%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,03		15.004.246	114	17.122.500	162917,00	4,250%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		300.000	99,99		299.968	100	300.393	167,00	0,304%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,26		4.010.506	100	4.002.840	1111,00	0,200%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,50		397.988	100	401.648	641,00	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,85		499.268	101	503.850	359,00	0,631%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,90		199.794	109	217.292	5890,00	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	99,99		199.988	101	201.678	396,00	0,938%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.972	111	332.808	7982,00	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,85		898.675	100	903.645	1252,00	0,808%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	104,32		2.086.420	114	2.289.900	56466,00	4,500%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	ntificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	100,97		302.901	102	306.270	7379,00	4,750%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,85		3.262.177	111	3.656.268	24987,00	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	104,48		313.437	128	383.160	8815,00	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	100,00		1.599.959	100	1.600.160	1661,00	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,96		99.958	101	101.001	105,00	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		2.000.000	100,00		1.999.930	100	2.000.500	1171,00	0,281%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,76		299.280	100	300.195	337,00	0,532%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.100.000	100,00		1.099.976	100	1.100.418	777,00	0,310%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	101,55		4.569.941	112	5.055.975	26630,00	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,61		398.433	109	437.636	6115,00	2,250%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	102,81		1.542.149	107	1.602.375	6370,00	3,875%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,32		297.966	102	307.107	768,00	2,750%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,20		396.790	103	411.716	2305,00	2,125%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		1.300.000	99,96		1.299.431	100	1.301.690	786,00	0,335%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	103,74		3.008.364	105	3.042.970	69223,00	4,250%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,41		198.825	119	237.974	1274,00	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,90		199.795	106	212.604	906,00	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,11		306.335	121	361.500	5178,00	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,24		501.200	105	523.300	7705,00	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	101,44		304.310	115	346.050	10956,00	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,75		1.945.111	101	1.960.003	197,00	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,94		999.379	100	1.003.610	2767,00	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,49		1.094.390	97	1.070.146	14390,00	2,500%
XS1069481601	RABOBANK NEDERLAND 14/15		1.000.000	99,96		999.605	100	1.000.940	289,00	0,281%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,27		397.079	115	460.516	3466,00	2,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.100.000	100,00		1.099.965	100	1.103.003	200,00	0,312%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	100,00		500.000	100	501.405	217,00	0,381%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos	_	Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	120,78		966.205	125	998.680	28841,00	4,125%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		600.000	99,97		599.836	100	601.068	14,00	0,429%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	100,00		1.500.001	100	1.500.645	665,00	0,380%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,38		298.132	115	345.216	992,00	2,875%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.200.000	100,00		1.199.970	100	1.201.896	287,00	0,331%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,97		699.781	114	798.301	35837,00	4,125%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,47		298.423	101	302.133	566,00	2,375%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	99,99		199.988	100	200.880	272,00	0,661%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		200.000	99,99		199.987	100	200.270	166,00	0,379%
XS1019327029	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 14/16		300.000	99,99		299.972	100	300.414	225,00	0,381%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		500.000	100,00		500.000	100	500.555	208,00	0,310%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	100	2.201.034	3973,00	0,985%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	101	504.725	13305,00	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	114	568.530	14063,00	2,950%
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		500.000	99,94		499.700	100	500.385	282,00	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	100	696.997	5955,00	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		100.000	100,00		100.000	100	100.131	56,00	0,304%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000	99,85		698.957	101	705.390	503,00	0,631%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000	99,85		99.850	100	100.405	139,00	0,808%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100	1.100.110	1142,00	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	101	171.702	179,00	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.100.000	100,00		1.100.000	100	1.100.275	644,00	0,281%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		700.000	100,00		700.000	100	700.266	494,00	0,310%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	109	547.045	7644,00	2,250%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		700.000	99,94		699.580	100	700.910	423,00	0,335%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	119	594.935	3185,00	3,750%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor total de aquisição		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição		Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	101	2.563.082	258,00	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	100	2.007.220	5534,00	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	97	389.144	5233,00	2,500%
XS1069481601	RABOBANK NEDERLAND 14/15		500.000	99,95		499.770	100	500.470	144,00	0,281%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	100,00		1.000.000	100	1.002.730	182,00	0,312%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100	300.843	130,00	0,381%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000	99,69		99.691	113	113.210	3107,00	3,375%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		300.000	99,98		299.940	100	300.534	7,00	0,429%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		900.000	100,00		900.000	100	900.387	399,00	0,380%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	115	575.360	1654,00	2,875%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		800.000	100,00		800.000	100	801.264	191,00	0,331%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.000	100	200.880	272,00	0,661%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		700.000	100,00		700.000	100	700.945	582,00	0,379%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	100,00		100.000	100	100.111	42,00	0,310%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		3.000.000	100,05		3.001.390	100	3.001.410	5417,00	0,985%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.600.000	99,98		1.599.717	100	1.598.880	175,00	0,282%
XS1075790367	ALD INTERNATIONAL 14/15		400.000	99,97		399.882	100	400.700	171,00	0,732%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	100,00		199.997	100	200.808	67,00	0,633%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	99,52		597.120	97	579.030	14692,00	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	101	201.890	5322,00	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	105,66		422.636	114	454.824	11250,00	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,38		304.138	86	258.750	19,00	0,559%
XS1026097516	BANQUE FED DU CREDIT MUTUEL 14/15		900.000	99,97		899.720	100	900.693	507,00	0,356%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		2.000.000	100,49		2.009.814	100	1.991.420	17014,00	1,500%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		400.000	99,99		399.957	100	400.524	223,00	0,304%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,50		198.994	100	200.824	321,00	0,500%

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor		Valor de	balanço	
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	99,85		1.497.805	101	1.511.550	1078,00	0,631%
FR0011564541	BPCE SA 13/15		3.000.000	99,99		2.999.702	100	3.001.110	669,00	0,382%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	104,19		312.568	109	325.938	8836,00	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	99,99		199.988	101	201.678	396,00	0,938%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	99,99		199.981	111	221.872	5321,00	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,85		998.528	100	1.004.050	1392,00	0,808%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.500.000	100,00		1.499.962	100	1.500.150	1557,00	0,479%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,96		1.499.365	101	1.515.015	1576,00	1,081%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.800.000	100,00		1.799.937	100	1.800.450	1054,00	0,281%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.500.000	100,00		1.499.967	100	1.500.570	1059,00	0,310%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN-HYPOBK		800.000	106,94		855.545	107	857.080	5348,00	4,000%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	103,53		310.597	109	328.227	4586,00	2,250%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,20		198.395	103	205.858	1153,00	2,125%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		2.800.000	99,96		2.798.775	100	2.803.640	1694,00	0,335%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,41		198.825	119	237.974	1274,00	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,90		99.898	106	106.302	453,00	2,625%
XS0966078908	ING GROEP NV 13/15		400.000	99,99		399.959	100	400.220	201,00	0,531%
XS0181049205	LANDBK HESSEN-THUERINGEN 03/15		2.000.000	100,31		2.006.140	100	2.001.920	345,00	0,207%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,23		3.006.813	101	3.015.390	303,00	0,182%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,94		999.379	100	1.003.610	2767,00	1,000%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	99,49		1.293.370	97	1.264.718	17007,00	2,500%
XS0920369799	RABOBANK NEDERLAND 13/15		1.000.000	99,99		999.854	100	1.000.410	546,00	0,281%
XS1069481601	RABOBANK NEDERLAND 14/15		1.000.000	99,96		999.605	100	1.000.940	289,00	0,281%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	99,27		198.539	115	230.258	1733,00	2,875%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	110,26		1.102.613	113	1.132.100	31068,00	3,375%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		400.000	100,00		400.000	100	400.172	177,00	0,380%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	109,86		219.711	115	230.144	662,00	2,875%

- RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor	Valor de balanço				
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição	total de aquisição	Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro	
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.000.000	100,00		999.975	100	1.001.580	239,00	0,331%	
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	110,61		331.828	114	342.129	15359,00	4,125%	
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	99,99		199.988	100	200.880	272,00	0,661%	
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		1.900.000	99,99		1.899.877	100	1.902.565	1580,00	0,379%	
	sub-total		134.270.000			134.994.028		139.876.714	878293,00		
	sub-total		258.730.000			263.155.645		275.937.784	2501148,00		
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável		134.270.000			134.994.029		139.876.714	878293,03		
	2.2.2.1 - Acções		258.730.000			263.155.646		275.937.784	2501148,03		
	2.2.2.2 - Títulos de participação										
	sub-total										
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento										
FR0010232298	BFT MONETAIRE	221			13.517	2.987.293	13.526	2.989.222			
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	204			10.950	2.233.898	10.959	2.235.720			
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	21			57.199	1.201.181	57.250	1.202.260			
FR0000291239	CPR CASH - P	53			22.550	1.195.161	22.569	1.196.132			
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	10.778			71	762.294	71	769.084			
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600			14	22.544	17	26.768			
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	43	16.836			
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	133	7.590			
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	600			30	18.120	31	18.693			
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	2.675			24	63.528	33	88.676			
FR0010232298	BFT MONETAIRE	91			13.524	1.230.668	13.526	1.230.856			
LU0094219127	BNP INSTICASH EUR I	3.739			141	526.352	141	527.067			
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	65			2.281	148.285	2.288	148.741			
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	22			10.926	240.378	10.959	241.107			
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	125			113	14.125	130	16.196			

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ide	entificação dos títulos		Montante	% do	Preço	Valor total de aquisição	Valor de balanço				
Código	Designação	Quantidade	do valor nominal	valor nominal	médio de aquisição		Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro	
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	4			57.106	228.424	57.250	229.002			
FR0000293698	BTP TRESORERIE	22			10.777	237.100	10.833	238.318			
FR0000291239	CPR CASH - P	22			22.501	495.027	22.569	496.507			
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	11			20.366	224.023	20.470	225.171			
FR0010232298	BFT MONETAIRE	232			13.525	3.137.826	13.526	3.138.006			
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	12			2.285	27.425	2.288	27.460			
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.106			121	857.979	130	920.724			
FR0000293698	BTP TRESORERIE	4			10.808	43.233	10.833	43.331			
FR0000291239	CPR CASH - P	69			22.567	1.557.125	22.569	1.557.228			
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	10			10.981	109.815	10.996	109.962			
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1			108.147	108.147	108.394	108.394			
	sub-total	28.132				17.682.346		17.809.051	0,00		
	2.2.2.4 - Outros					17.682.346		17.809.051			
	sub-total										
	total	28.132	258.730.000			280.837.991		293.746.835	2501148,00		
	3 - TOTAL GERAL	711.932	260.089.923			284.666.339		297.622.791	2549252,00		





INFORMAÇÃO FINANCEIRA

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



Ernst & Young Tel: +351 217 912 000
Audit & Associados - SROC, S.A. Fax: +351 217 957 586
Avenida da República, 90-6° www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 393.399.154 Euros e um total de capital próprio de 70.288.882 Euros, incluindo um resultado líquido de 351.636 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:





- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avallação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias:
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade: e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa

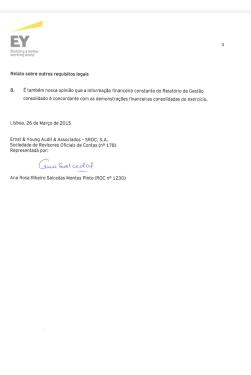
Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respectivas alterações subsequentes.



VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

- 1 RELATÓRIO
- 2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA
- 3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2014

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Durante o exercicio acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA. Internacional de Portugal, SG,P.S., S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilisticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compremdendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada (Contas Técnica e Não Técnica), as Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício entilo findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas consolidadas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2014;
- A proposta de aplicação dos resultados incluída no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2014 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2015

O Conselho Fiscal

Lactuca

(Presidente)

Santiago Gil de Biedma

(Voga

(Vogal)

(Vogal)



Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.

Temos energia para enfrentar todos os desafios Colaboramos entre nós Promovemos o nosso desenvolvimento Celebramos os sucessos Temos orgulho naquilo que fazemos Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANCA E TRANSPARÊNCIA.

Somos claros na informação que damos Agimos com seriedade e rigor Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200 1250-147 Lisboa - Portugal T 213 134 100 - F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico